



Redes Cidades Circulares

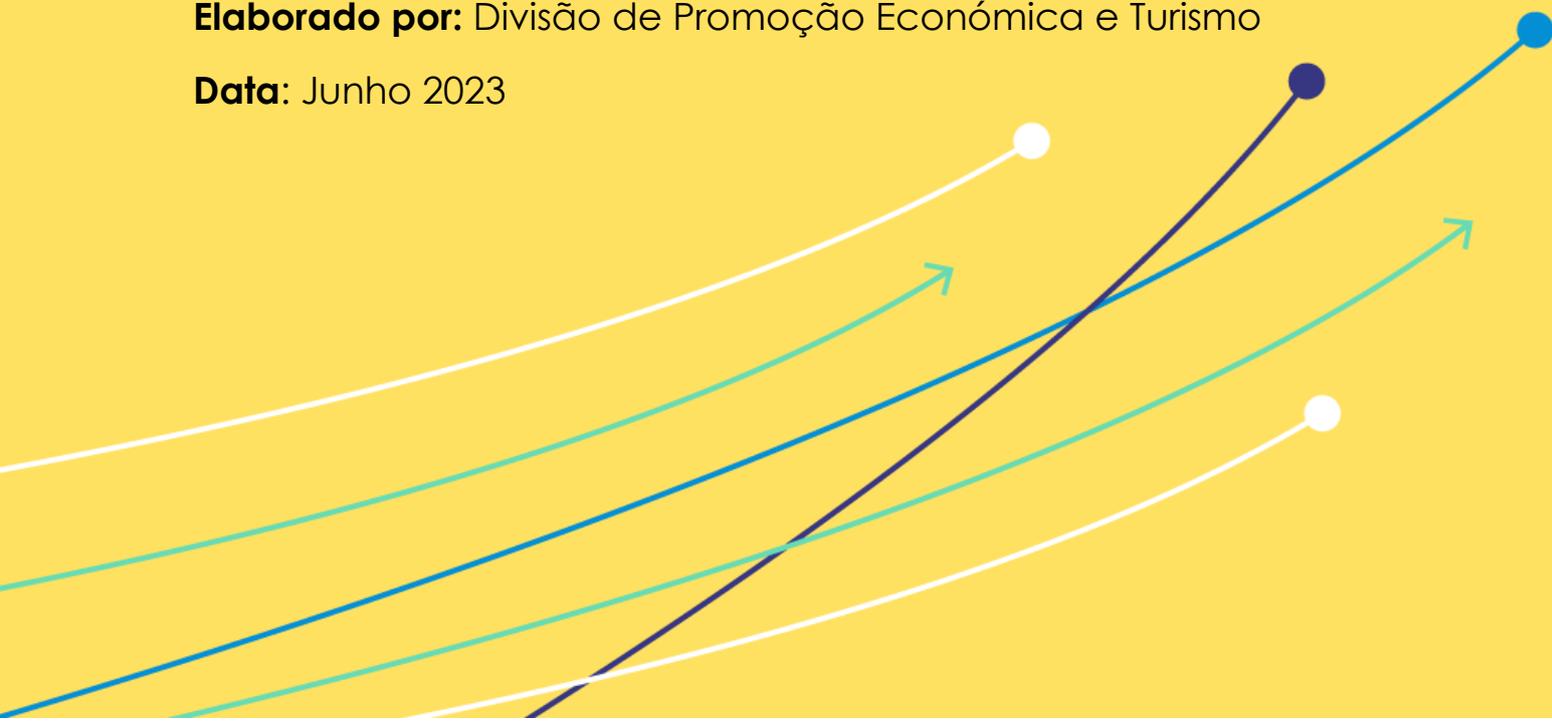
Plano de Ação – Rurban Link

Área Temática: Relações Urbano-Rurais

Cidade: Bragança

Elaborado por: Divisão de Promoção Económica e Turismo

Data: Junho 2023



Índice

Mensagem do Presidente	3
Sumário Executivo.....	5
1. Contexto & Processo	6
Contexto da Cidade e definição do problema	6
Enquadramento Político do projeto	13
Processo de desenvolvimento do plano de ação	17
Foco & visão.....	22
2. Plano de Ação.....	25
Proposta de valor.....	25
Ações	26
Ação 1 – “Bragança, Naturalmente. Desperdício Zero!”	26
Ação 2 – “Bragança, Naturalmente. A Compostar!”	30
Ação 3 – “Bragança, Naturalmente Km 0!”	34
Ação 4 – “Bragança, Naturalmente. Da Horta!”	37
Ação 5 – “Bragança. Naturalmente Local!”	40
Ação 6 – “Bragança, Naturalmente. Alimentação + Local!”	43
Abordagem integrada.....	46
Modelo de Governança	48
3. Alinhamento com Financiamentos	50
Investimento previsto.....	50
Fontes de financiamento	51
4. Monitorização & Avaliação	51
5. Comunicação & Consulta Pública.....	53
6. O Futuro	54
Agradecimentos	54
Anexos & informação de Apoio	58

Mensagem do Presidente



HERNÂNI DIAS

Presidente da Câmara Municipal de Bragança

Na última década temos vindo a assistir a uma maior consciencialização ambiental e a um despertar para a realidade da finitude dos recursos, de tal forma que no passado dia 7 de maio, segundo dados sobre a pegada ecológica do país, divulgados pela associação ambientalista Zero, Portugal esgotou os recursos naturais disponíveis para este ano e começou a usar recursos que só deveriam começar a ser consumidos no próximo ano.

Perante este cenário, tem vindo a ser desenhadas estratégias que nos permitam atenuar ou mesmo inverter esta tendência.

Sabemos que a economia circular é um dos caminhos que poderá ajudar na concretização desse objetivo. Assim, em 2021, quando o Ministério do Ambiente e da Ação Climática, através da Direção-Geral do Território, lançou a Iniciativa Nacional Cidades Circulares (InC2), orientada para apoiar e capacitar os municípios e as suas comunidades na transição para a economia circular, contribuindo para a melhoria das condições presentes e futuras das práticas de planeamento participativo de base local, de aprendizagem em rede através do desenvolvimento de planos locais, com envolvimento e participação das comunidades locais, integração territorial e cooperação em rede com outras cidades circulares, o Município de Bragança entendeu como pertinente a sua participação.

A participação no RURBAN Link, orientada em particular para o tema “relações Urbano-Rurais”, com territórios do interior, do litoral e ilhas, com uma diversidade populacional e de recursos endógenos diferenciados, que potenciou o intercâmbio de experiências, contribuiu para uma discussão aberta de projetos, nomeadamente ao nível dos agro-produtos.

Assim, nas várias reuniões do Grupo de Planeamento e Ação Local, que agregou vários atores locais, foi possível definir as duas áreas de intervenção do projeto em Bragança: desperdício alimentar e aproveitamento de resíduos orgânicos.

A definição da intervenção do projeto teve subjacente, entre outras premissas, o facto de existirem estudos que estimam que, em Portugal, exista cerca de 1 milhão de toneladas de desperdício alimentar por ano, equivalendo a cerca de 100 quilos per capita, o que se traduz em cerca de 17% de todos os alimentos produzidos para consumo humano no país.

Algo inaceitável quando ainda há fome no mundo.

Assim, além das questões morais e éticas de desperdiçar, enviando diretamente para o lixo, alimentos bons para o consumo humano há, também, as questões ambientais e económicas, pelo que, o aproveitamento dos resíduos orgânicos, além de retirar um resíduo valorizável do fluxo de indiferenciado, reduzir o valor do custo associado ao transporte e deposição em aterro, aumentando a emissão de gases com efeito de estufa, contribui para a produção de composto orgânico e a preservação dos solos.

Desta forma, as ações e atividades que foram definidas no Plano Local de Ação Integrada, permitirão continuar o trabalho que temos vindo a desenvolver no Município de Bragança, na área da sustentabilidade e circularidade, contribuindo igualmente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Bragança! Naturalmente, Circular!

Sumário Executivo

O presente documento é o reflexo do trabalho desenvolvido no âmbito da iniciativa de Redes Cidades Circulares, em particular em relação ao tema principal – Relações Urbano Rurais - e subtema – Sistemas Agroalimentares Circulares. O Plano de Ação Integrado (PLAI) apresenta a visão, define os objetivos e propõe ações e atividades desenhadas por Bragança em profunda articulação com o Grupo de Planeamento de Ação Local (GPAL).

O objetivo passa por apresentar e enquadrar, de forma sistemática, um conjunto de ações e atividades que promovam a circularidade em todo o concelho de Bragança, utilizando como base em boas práticas locais, nacionais e internacionais.

A metodologia aplicada consistiu na dinamização de sessões de trabalho em grupo para enquadrar e contextualizar os desafios do território, visitas técnicas e a leitura de bibliografia temática.

Assim, foram delineadas 6 ações com diversas atividades articuladas para implementar um modelo participativo de uma economia mais sustentável e circular no concelho de Bragança:

- Ação 1 – “Bragança, Naturalmente. Desperdício Zero!”
- Ação 2 – “Bragança, Naturalmente. A Compostar!”
- Ação 3 – “Bragança, Naturalmente. Km 0!”
- Ação 4 – “Bragança, Naturalmente. Da horta!”
- Ação 5 - “Bragança. Naturalmente. Local!”
- Ação 6- “Bragança, Naturalmente. Alimentação + Local!”

Este documento poderá, igualmente, ser uma ferramenta de trabalho de referência para a implementação de um modelo baseado nos princípios que validem a visão “Bragança, Naturalmente Circular!”.

1. Contexto & Processo

CONTEXTO DA CIDADE E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Bragança é uma cidade do Norte de Portugal, enquadrada na região Terras de Trás-os-Montes (NUTS III), da qual fazem parte mais oito concelhos, a saber: Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.

Com 5544 km² de extensão é a maior sub-região do Norte de Portugal e representa cerca de 6% do território continental de Portugal Continental (INE, 2021).

O concelho de Bragança neste território destaca-se, igualmente, pela sua dimensão (1173,6 km²) delimitando-se a norte e leste por Espanha (províncias de Ourense e Zamora), a sueste pelo município de Vimioso, a sudoeste por Macedo de Cavaleiros e a oeste por Vinhais. Com a reforma administrativa que o Governo concretizou, no final de 2012, o concelho de Bragança constitui-se por 39 freguesias, sendo que cerca de 50% do seu território está inserido no Parque Natural de Montesinho.

O papel polarizador que sempre desempenhou como principal centro político e administrativo da sub-região em que se insere e as relações transfronteiriças que se têm vindo a aprofundar, em particular com a vizinha província espanhola de Zamora, são fatores que contribuem para a sua vitalidade e afirmação como centro urbano estruturante e com forte influência regional.

A região do interior norte onde se situa Bragança é um território com importantes recursos biofísicos, paisagísticos e turísticos, e uma dinâmica económica relativamente moderada, intimamente ligada às atividades agroflorestais.

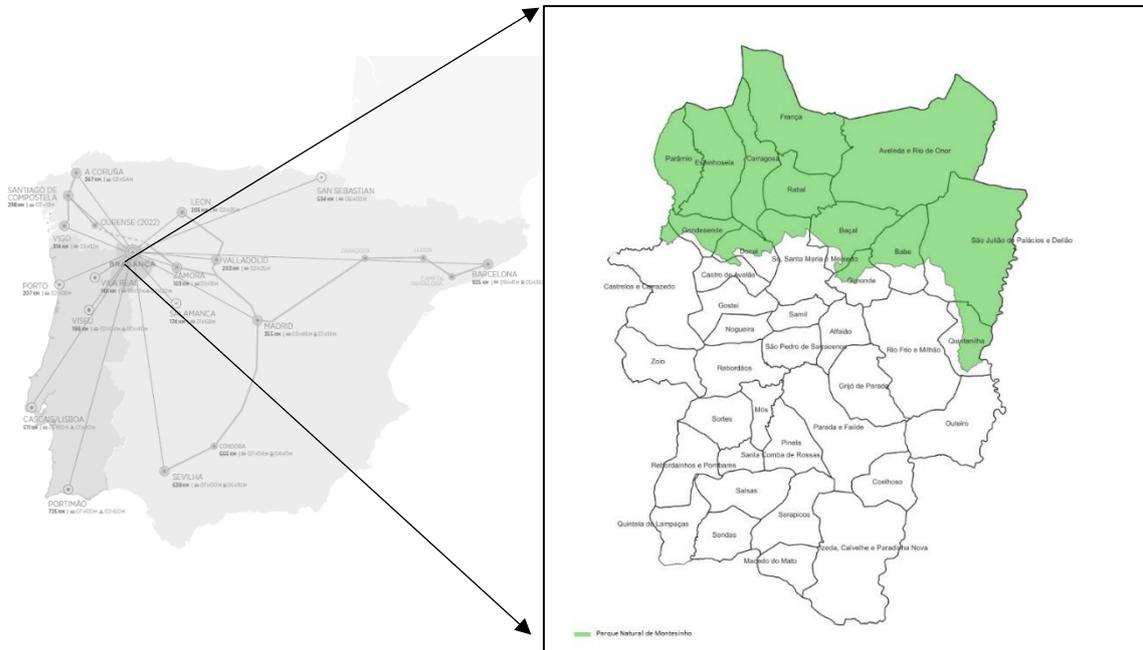
Foi considerada, em 2012, num estudo da DECO Proteste (defesa do consumidor), a sexta cidade com melhor qualidade de vida no País, tendo obtido a melhor posição no item “Habitação”, “Mobilidade” (nas categorias de “Trânsito” e “Estacionamento”), alcançando, também, a melhor posição portuguesa nos critérios “Ruído”, “Crime”, “Restaurantes”, “Supermercados”. Foi, ainda, a cidade melhor posicionada no critério “Cultura, Lazer e Desporto”.

Num outro estudo publicado pela mesma entidade, num grupo de 124 cidades de cinco países, Bragança foi considerada a 31ª cidade com melhor qualidade de vida. É uma cidade segura, com espaços verdes bem equipados, uma vida social animada e com produtos agroalimentares de excelência.

É um território dinâmico, seguro e inovador, com empresas competitivas e instituições de referência, nomeadamente, o Instituto Politécnico de Bragança. Estes são fatores que tornam a cidade mais atrativa e capaz de fazer face às exigências de uma economia global e competitiva, apoiada pelo facto de existir uma grande percentagem de jovens altamente qualificados.

Com um património cultural único, a cidade destaca-se pela bem-sucedida convergência entre o património histórico e o seu modelo de desenvolvimento e inovação.

Figura 1 - Enquadramento e mapa do concelho de Bragança, com a área do Parque Natural de Montesinho



É um território caracterizado por uma forte componente natural (Figura 1), com cerca de 43.637 hectares abrangidos pelo Parque Natural de Montesinho, que representa cerca de 31% da superfície territorial total do concelho. Em contrapartida, a cidade de Bragança surge como o grande espaço catalisador de dinâmicas urbanas e socioeconómicas, com um raio de influência que ultrapassa claramente o perímetro do concelho.

Bragança tem vindo a procurar afirmar-se como Ecocidade, tendo sido elaborado o “Plano Estratégico para a Ecocidade de Bragança”, sob o lema “fazer de Bragança um Município Classe A” e que pretende tornar Bragança numa Ecocidade moderna, capaz de atrair pessoas qualificadas e investimento, fazendo valer os seus recursos endógenos.

A Ecocidade de Bragança é entendida como um ecossistema, seguindo princípios ecológicos, que se devem estender a várias áreas: energias renováveis, ecoturismo, ecoconstrução, coprodutos, transportes públicos não poluentes, multifuncionalidade dos espaços, entre outros.

A estratégia para o desenvolvimento de Bragança desdobra-se em diferentes eixos estratégicos, onde se inclui o apoio a *clusters* e setores estratégicos, a valorização do território e o ambiente como suportes do desenvolvimento e a criação de uma cultura de Ecocidade, centrada na cidadania, na educação e na formação. A prioridade que, hoje em dia, é atribuída a aspetos como a mobilidade sustentável, a eficiência energética, ou a introdução de novas tecnologias, nos centros históricos e comércio das cidades, a qual poderá ser vista como uma oportunidade para reforçar esta estratégia.

Através de um projeto inovador, Bragança deu o primeiro passo para uma visão de sustentabilidade globalmente consistente, participando com um grupo pioneiro de municípios (6) na primeira avaliação municipal da Pegada Ecológica e Biocapacidade (liderado por ZERO, Global Footprint Network e Universidade de Aveiro).

Os resultados preliminares demonstram que a Biocapacidade do Município de Bragança é de cerca de 110% superior à média nacional. Para este resultado muito contribuem as políticas de sustentabilidade ambiental que se tem vindo a implementar.

SISTEMA AGROALIMENTAR

O setor da agricultura é uma das atividades mais poluentes, mas também uma das que mais sofre com este problema. Assim, são também os agricultores e empresários agrícolas uma das forças mais importantes no combate às alterações climáticas. Através da agricultura sustentável, estes podem ter um papel crucial na transição para uma economia mais “verde”.

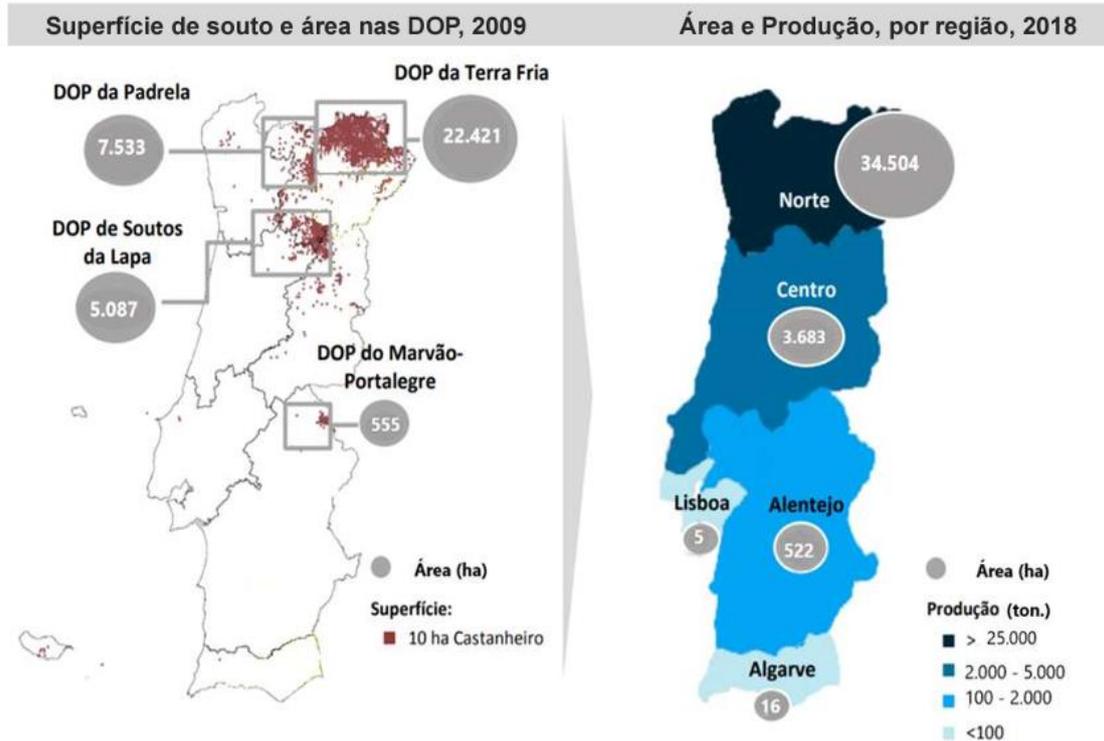
Os sistemas agroalimentares englobam desde a produção agrícola, sistemas de abastecimento e comercialização, produção agroecológica, orgânica e da agricultura familiar, até às condicionantes comerciais, socioambientais e económicos da produção de alimentos.

Na atualidade, o modelo que conjuga a produção agrícola tradicional com técnicas de processamento mínimo dos alimentos, com cadeias curtas de comercialização, realizadas, normalmente, pelos próprios agricultores ou por agroindústrias locais, tem tido dificuldade para se manter. Com o desenvolvimento da produção agrícola convencional ou sistemas agroalimentares convencionais, baseados na produção em larga escala e na incorporação de tecnologias padronizadas, perdem-se saberes e técnicas associados a uma produção alimentar que contribui para a preservação ambiental. Neste contexto, Bragança tem vindo a rever algumas das atividades que têm contribuído de forma positiva e que devem ser continuamente incentivadas, nomeadamente com a iniciativa Banca na Praça.

Num território cujas condições de produção nem sempre favorecem a adoção de tecnologias intensivas, existe um conjunto diversificado de produtos de excelência, fruto da adaptação dos mesmos às condições ambientais e aos mais diversos condicionalismos socioeconómicos e edafoclimáticos. Tal resulta de conhecimentos acumulados e adquiridos ao longo do tempo, e que tem de ser valorizado por todos. Entre estas encontra-se a produção da castanha, da batata, do centeio, a olivicultura, a produção suína e o fumeiro tradicional, bem como o mel.

Bragança é um dos concelhos de Trás-os-Montes com maior produção de castanha (80% da castanha produzida em Portugal, Figura 2) e batata (metade da área de batata de toda a região transmontana).

Figura 2 - Área e produção nacional de castanhas 2009-2018. Fonte: Paula Cabo et al. (CIMO-IPB), 2019



Uma parte da produção de castanha é exportada para os mercados brasileiros, francês, italiano e espanhol, enquanto a batata tem sofrido, nos últimos anos, um decréscimo do cultivo, sobretudo por problemas de escoamento e de variação do preço, bem como da diminuição do número de produtores.

O mel é também um dos produtos a destacar na região, salientando-se o Parque Natural de Montesinho, onde existe um Agrupamento de Produtores de Mel DOP.

De acordo com os dados publicados pela Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Trás-os-Montes destaca-se como a região do país com mais produtores de agricultura biológica, registando um total de 1100 produtores.

LIGAÇÕES RURAIS/URBANAS

Independentemente do tamanho da produção, os produtores agrícolas podem, e devem, desempenhar um papel importante na transição para uma agricultura sustentável e na proteção da biodiversidade.

A economia circular é uma prática antiga e até bastante comum nas explorações agrícolas. O seu princípio baseia-se no aproveitamento da eficiência de recursos considerados resíduos, valorizando-os e reutilizando-os dentro da própria atividade.

Esta coloca a eficiência dos recursos no centro das decisões económicas, assegurando que os recursos são reutilizados o máximo de vezes possíveis. Assim, a produção de resíduos é limitada, a procura de recursos é minimizada, a eficiência é aumentada e os custos reduzidos.

Tal traduz-se na preservação e aumento do capital natural através do equilíbrio entre os fluxos de recursos renováveis e na otimização do rendimento dos recursos naturais através da circulação de produtos.

Não obstante o quadro nacional nesta matéria, é possível sinalizar no país um conjunto de boas práticas. Do Nordeste Transmontano, mais concretamente em Bragança, destaca-se a experiência da *Resíduos do Nordeste - “Educar para a Economia Circular”*.

A nível de oportunidades salienta-se a diversificação das práticas e o estabelecimento de ligações em novos sectores e negócios. Os produtores e consumidores de recursos passam a estar mais ligados, partilhando os benefícios das atividades eficientes em matéria de recursos.

Assim, os principais objetivos são consolidar o envolvimento de produtores primários na “parceria circular” e assegurar que os mesmos usufruem dos benefícios de novos circuitos circulares, bem como assegurar uma abordagem mais sistemática para a economia circular e uma visão de um quadro estratégico a longo prazo.

No entanto, e apesar do sector primário ser um dos mais importantes na economia de Bragança, caracteriza-se ainda pela **pouca formação especializada no domínio agrícola, a fraca valorização dos excedentes ou dos resíduos da produção agrícola e o mau aproveitamento dos recursos hídricos nas culturas** (pequenos e grandes produtores).

Apesar de existir alguma oferta formativa, a agricultura no concelho assenta em explorações familiares que não procuram novos conhecimentos ou técnicas mais sustentáveis e inovadoras.

A falta de formação especializada em agricultura conduz, na maioria das vezes, a práticas inadequadas de cultivo, com o uso excessivo de adubos, fertilizantes e outras práticas que prejudicam o meio ambiente. Além disso, estes produtores irão encontrar mais dificuldades em lidar com os desafios enfrentados pelo setor, como mudanças climáticas e os mercados cada vez mais competitivos

Existindo uma maior consciência e valorização dos resíduos agrícolas, seria possível colmatar a problemática dos químicos no solo, por via de uma solução mais natural e sustentável. As operações de valorização de resíduos em solos agrícolas assentam essencialmente na necessidade de reposição de matéria orgânica no solo com o objetivo de manter ou aumentar o nível de fertilidade que permita um razoável rendimento das produções agrícolas. Estas ações permitiriam devolver ao solo os nutrientes que são retirados através da agricultura.

Atualmente identificam-se múltiplos casos de **desaproveitamento de resíduos** no concelho de Bragança, tais como os resíduos provenientes da poda de árvores e limpeza de jardins, o estrume e

excremento da agropecuária, as cascas resultantes da transformação da castanha, o resíduo doméstico, as massas vínicas e o bagaço da azeitona, entre outros.

Ainda no âmbito da separação de resíduos ainda se identificam as mesmas dificuldades noutros sectores, nomeadamente no que respeita a separação e acondicionamento dos resíduos na restauração e no comércio.

De referir ainda a **decrecente procura pelas cadeias curtas agroalimentares**. Os alimentos são cada vez mais produzidos de forma industrial e transportados em longas distâncias pelas grandes superfícies comerciais. Se por um lado facilita o consumo com preços competitivos e aumenta a oferta alimentar, por outro condiciona o mercado local onde os pequenos produtores não conseguem competir.

As cadeias agroalimentares curtas têm sido apontadas em diversos estudos como positivas, não só em termos de diminuição do impacto ambiental, mas também porque representam a interação da agricultura familiar com a dinâmica local do desenvolvimento, expressando proximidade entre produtores e consumidores.

Têm ainda especial importância pelas várias questões que são colocadas diariamente, tanto da sociedade como pela comunidade científica, sobre a origem dos produtos consumidos, aos problemas de saúde que advém pela alimentação “fast-food”, com uma grande proporção de refeições já confeccionadas no quotidiano português, completamente impensável há uma década. Estas cadeias agroalimentares poderão ser, de facto, uma ferramenta que incentiva uma alimentação mais saudável, com preços mais baixos, com transparência na forma de produção e na troca de saberes.

É dentro deste contexto que o Município de Bragança promove a iniciativa “Banca na Praça”, projeto que teve início em 2014 e que dá oportunidade aos produtores locais de vender os seus produtos (hortícolas, pão, mel, fumeiro, entre outros), no centro histórico de Bragança, todos os sábados de maio a setembro, aproximando a produção local do consumidor final, seja ele munícipe ou turista.



Imagem 1 – “Banca na Praça”, na Praça da Sé (Bragança).

Na mesma praça, realiza-se também a Banca de Natal, onde os produtores têm, uma vez mais, a oportunidade de expor os seus produtos e “trazerem o campo para a cidade”, desta vez no inverno, durante a época natalícia. Em ambos os casos, de modo a garantir que os produtores são locais, é apenas autorizada a venda a pessoas que possuem residência e domicílio fiscal em Bragança.

ANALISE SWOT

<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Experiência prévia em projetos URBACT ● Parque de Ciência e Tecnologia - Brigantia Ecopark ● Grande concentração de produtores locais ● Contexto geográfico transfronteiriço ● Boa relação com a academia (IPB) ● Forte tradição gastronómica, assente em tradições e saberes ancestrais 	<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Envelhecimento populacional do concelho ● Pouco I&D agrícola/florestal ● Fraca oferta formativa especializada ● Propriedade agrícola fragmentada ● Pouca cultura de cooperativismo e associativismo
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Potencialidades dos produtos locais/endógenos ● Crescente industrialização da economia regional ● Presença no concelho de ensino superior público e laboratório colaborativo ● Oportunidade de crescimento do turismo nos territórios do interior (turismo de natureza e gastronómico) ● Resíduos produzidos no sector agrícola 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Ausência de bonificação às empresas com práticas circulares ● Eventual dificuldade de financiamento para novos projetos ● Poucas soluções sustentáveis para o aproveitamento de resíduos ● Envelhecimento e falta de rejuvenescimento dos produtores agrícolas

ENQUADRAMENTO POLÍTICO DO PROJETO

A Economia Circular representa uma opção chave para a resiliência, prosperidade e desenvolvimento sustentável, potenciando o uso eficiente de recursos, a produtividade e a competitividade, gerando crescimento, emprego e redução dos impactos ambientais.

O motor desta dinâmica assenta no incentivo e desenvolvimento de novos modelos de negócio, estratégias colaborativas, produtos e serviços centrados no uso eficiente de recursos. Os benefícios que podem ser alcançados são múltiplos, desde reduções na importação de matérias-primas ao contributo direto para objetivos ambientais internacionais (p.e. Acordo de Paris, ODS da ONU), mas, sobretudo, trata-se de melhorar a competitividade da economia nacional, gerando iniciativas com forte potencial de inovação, sustentabilidade e coesão social e territorial.

Desde a adoção da Estratégia de Lisboa em 2000, a União Europeia assumiu o desenvolvimento e implementação de uma economia sustentável e inovadora, "verde", como um objetivo central.

O ano de 2015 foi particularmente prolífico no que diz respeito aos avanços nas medidas e estratégias de desenvolvimento global da Economia Circular. Para além da Comunicação da Comissão "Fechar o ciclo – plano de ação da UE para a economia circular", que veio realçar o empenho e apoio da UE na prossecução desse objetivo e definir medidas concretas envolvendo os Estados-Membros e as empresas europeias, nesse ano foi também assinado o **Acordo de Paris** e foram definidos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em Assembleia Geral das Nações Unidas.

Mais recentemente, a Comissão Europeia apresentou o **Pacto Ecológico Europeu** (European Green Deal) que procura colocar os países membros no rumo de uma transição ecológica, com objetivo de alcançar a neutralidade climática até 2050. O Pacto engloba todos os setores de atividade - desde os transportes, agricultura, alimentação, indústria e infraestruturas – e apresenta medidas guiadas por princípios políticos fundamentais e soluções para uma transição justa e socialmente equitativa, apoiado em investimentos em tecnologias “verdes” e com um quadro legislativo em matéria de clima, conferindo força de lei a este compromisso.

Em 2021 foi apresentada e aprovada a primeira **Lei UE do Clima** que conjuga, entre muitas outras estratégias, o novo plano de ação para a economia circular. Este novo plano de ação foi adotado em março de 2022 como um dos principais alicerces do Pacto Ecológico Europeu, propondo medidas a aplicar em todos os serviços e produtos, assegurando o futuro da economia europeia mais verde e sustentável. Através da aplicação de medidas ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos, este novo **Plano de Ação para a Economia Circular** tem como objetivo adequar a economia a um futuro ecológico, reforçar a competitividade, mas simultaneamente protegendo o ambiente e conferindo novos direitos aos consumidores.

Já em Portugal, o atual enquadramento político para a economia circular é o “**Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal**”, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 23 de novembro, cujo objetivo é a definição de uma estratégia nacional para a economia circular assente na produção e eliminação de resíduos e nos conceitos de reutilização, reparação e renovação de materiais e energia.

O documento “**Liderar a Transição - Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal**” (PAEC) está em revisão para o ciclo 2030, dando continuidade à adoção dos princípios de economia circular pelos consumidores, às empresas, ao setor financeiro e ao Estado, apostando na formação e na inovação, vertidos também no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e nos mecanismos de ‘Do No Significant Harm’, que atingem todas as componentes de financiamento.

O PAEC foi diferenciador de todos os estados-membros apresentado uma estratégia em três níveis de ação (nacional, setorial e regional):

- a) Ações de cariz transversal e de âmbito nacional (ações macro);
- b) Agendas setoriais, sobretudo para setores mais intensivos no uso de recursos e de cariz exportador (ações meso);
- c) Agendas regionais, a serem adaptadas às especificidades socioeconómicas de cada região (ações micro).

Esta estratégia procura substituir o conceito de “fim-de-vida” da economia linear, assente na produção e na eliminação de resíduos, mediante a redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia. A supervisão e orientação do Plano de Ação para a Economia Circular é assegurada pela **CA2 – Comissão Interministerial para o Ar, Alterações Climáticas e Economia Circular**, e é operacionalizada pelo Grupo de Coordenação para a Economia Circular.

Assim, é possível garantir um compromisso político no longo prazo num tema que possui impactos substanciais em matéria de uso eficiente e produtivo de recursos e de contributos para a mitigação de emissões de Gases de Efeito de Estufa.

O PAEC prevê que as **Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)** elaborem as agendas regionais com o objetivo de identificarem oportunidades de aceleração e transição para a utilização mais eficiente e sustentável dos recursos e conciliar estratégias em conjunto com os atores regionais.

No Norte de Portugal, a elaboração da **Agenda Regional do Norte para a Economia Circular** resultou de um protocolo de colaboração técnica e financeira com o Fundo Ambiental e contemplou as seguintes dimensões de análise: realização de uma análise regional para uma caracterização socioeconómica e ambiental da região, com um particular enfoque no seu metabolismo económico; estabelecimento de um modelo de governança que definirá a coordenação e colaboração

institucional entre várias entidades, com vista à implementação das ações que vierem a ser identificadas na Agenda Regional; e identificação de setores de transição considerados os mais intensivos no uso de recursos e que detêm um elevado peso na circulação atual de materiais.

A CCDR-N está a trabalhar com redes de atores regionais para a realização de iniciativas conjuntas e de investimentos coordenados a partir da identificação de setores intensivos no uso de matérias-primas que apresentam um grande potencial. De destacar a importância do sector agroalimentar nesta agenda, justificada pelo elevado volume de resíduos gerados na região. A valorização dos resíduos, apesar de ter sofrido uma evolução ao longo dos últimos anos, está ainda muito longe da situação ideal, resultado de algumas barreiras e constrangimentos para a adoção de boas práticas.

A transição para sistemas alimentares mais sustentáveis é uma enorme oportunidade económica, já que as expectativas do consumidor estão a mudar e a conduzir para mudanças significativas no mercado alimentar. Isto permite que a indústria e as empresas contribuam para um sistema mais sustentável, enquanto diferenciam a sua marca e aumentam a sua competitividade e resiliência.

Consciente desta problemática, o Município de Bragança tem tido a preocupação na adoção e fomento de medidas e de políticas ativas de promoção da sustentabilidade e amigas do meio ambiente, que permitiram alcançar o reconhecimento de Bragança como uma Ecocidade.

O Município de Bragança elaborou em 2018 o **Relatório da Sustentabilidade** onde procurou estudar e avaliar os principais indicadores do concelho (governança, económico, social e ambiental). Esta análise do “estado de arte” decorreu da consciencialização da importância dos princípios de equilíbrio financeiro, de responsabilidade social e, principalmente, da qualidade ambiental. Aqui já é considerada a temática da Economia Circular como essencial para a análise do desempenho do indicador ambiental.

ENQUADRAMENTO NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS NAÇÕES UNIDAS (ODS)

O tema principal – Relações Urbano Rurais – tal como o subtema – Sistemas Agroalimentares Circulares – do projeto Rurban_Link, constituem um contributo promissor para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030, dos quais uma das metas é “reduzir para metade o desperdício de alimentos per capita a nível do retalho e do consumidor e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e de abastecimento”.

Três características principais são obrigatórias para a implementação sustentável dos ODS, que estão alinhadas com a metodologia de trabalho do Rurban_Link : políticas transversais para cobrir todas as dimensões abrangidas pelos ODS; o envolvimento de todas as partes interessadas para garantir o propósito comum que é a única forma de alcançar bons resultados; sensibilização, mobilização e

capacitação dos direitos de todos os intervenientes relevantes, incluindo: autoridades públicas, ecossistemas educativos, agentes económicos, sociedade civil e cidadãos em geral.

Os impactos esperados do projeto Rurban_Link pretendem garantir uma agricultura sustentável, promover dietas e comportamentos mais saudáveis e proteger e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas com compensação justa para os diferentes atores.

São 5 os ODS que de forma direta podem ser impactados pelos resultados deste projeto:



O **ODS 2** procura erradicar a fome e a subnutrição e garantir o acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos. A concretização deste objetivo está fortemente dependente da promoção de sistemas de produção sustentáveis e do aumento do investimento em infraestruturas rurais e na investigação e desenvolvimento agrícolas.

O **ODS 11** visa renovar e planear as cidades e outros aglomerados humanos de uma forma que ofereça oportunidades para todos, com acesso a serviços básicos, energia, habitação, transportes e espaços verdes, reduzindo simultaneamente a utilização de recursos e o impacto ambiental. Tornar, assim, as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

O **ODS 12** apela a um conjunto abrangente de ações por parte das empresas, decisores políticos, investigadores e consumidores, a fim de se adaptarem a práticas sustentáveis. Prevê a produção e o consumo sustentáveis baseados numa capacidade tecnológica avançada, na eficiência na utilização dos recursos e na redução dos resíduos a nível global. Em suma, garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.

O **ODS 13** visa implementar o compromisso assumido na Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e operacionalizar o Fundo Verde para o Clima. Visa reforçar a resiliência e a

capacidade de adaptação dos países aos riscos naturais relacionados com o clima e às catástrofes daí resultantes, com especial destaque para o apoio aos países menos desenvolvidos. No fundo, adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

O **ODS 17** apela a uma parceria global para o desenvolvimento sustentável. O objetivo destaca a importância da estabilidade macroeconómica mundial e a necessidade de mobilizar recursos financeiros para os países em desenvolvimento a partir de fontes internacionais, bem como através do reforço das capacidades internas de cobrança de receitas. Destaca igualmente a importância do comércio para os países em desenvolvimento e de regras equitativas para reger o comércio internacional.

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO

A Iniciativa Nacional Cidades Circulares (InC2) é um programa do Ministério do Ambiente e da Ação Climática gerido pela Direção-Geral do Território, orientado para apoiar e capacitar os municípios e as suas comunidades na transição para a economia circular.

A InC2 visa contribuir para melhorar as condições presentes e futuras das práticas de planeamento participativo de base local e de aprendizagem em rede para a economia circular através do apoio a redes nacionais de cidades circulares em torno de quatro temas prioritários e da capitalização nacional dos seus resultados.

Tem como objetivo apoiar e capacitar os municípios e as suas comunidades na transição para a economia circular, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável e um conjunto de finalidades de política pública:

- Potenciar a partilha, transferência e capacitação do conhecimento das cidades entre si em matéria de economia circular e desenvolvimento urbano sustentável;
- Melhorar as condições presentes e futuras de acesso dos municípios e suas comunidades a financiamento europeu e nacional para o desenvolvimento urbano sustentável e a economia circular;
- Melhorar a conceção e concretização das políticas nacionais para a economia circular em áreas urbanas mediante o reforço da cooperação multinível e multisectorial e da capitalização dos resultados locais;
- Apoiar os municípios e as comunidades no planeamento da ação para a economia circular mediante abordagens integradas e participadas de base territorial;
- Melhorar as condições para o desenvolvimento de ações urbanas inovadoras no âmbito da economia circular.

De salientar ainda que este programa está alinhado com os objetivos de outras estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável e coesão territorial, nomeadamente com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica, o Programa Nacional para a Coesão Territorial e a Nova Geração de Políticas de Habitação.

É neste contexto que o Município de Bragança faz parte do projeto de cooperação denominado por “RURBAN Link” na temática da “Rede Cidades Circulares – Relações Urbano-Rurais”. É uma das 4 redes selecionadas da InC2, constituída pelas câmaras municipais de Guimarães, Penela, Reguengos de Monsaraz, Ribeira Grande, Câmara de Lobos e Lisboa E-Nova – Agência de Energia-Ambiente de Lisboa, e tem como parceiro líder a Câmara Municipal do Fundão.

Com este projeto pretende-se promover ligações funcionais entre as áreas urbanas e rurais enquanto alavancas do desenvolvimento territorial integrado e de processos colaborativos de base local.

Com um tema tão abrangente e complexo foi decidido no âmbito da rede focar o projeto no subtema dos Sistemas Agroalimentares Circulares.

Considerando a importância deste sector para as sociedades, torna-se essencial refletirmos e trabalharmos sobre os atuais desafios que este enfrenta e sobre como deverá evoluir. Para que tal aconteça, o sector agroalimentar deve evoluir cada vez mais de forma a alinhar-se com a proposta da Economia Circular, garantindo assim a criação de um sistema que assegure uma alimentação saudável e nutritiva para todos, e que promove a regeneração da nossa saúde e dos ecossistemas. Torna-se assim essencial garantir que cada vez mais os alimentos são produzidos de forma local, regenerativa, respeitando os ciclos da natureza; fazemos mais dos alimentos, potenciando o valor gerado para todas as partes; e asseguramos que todos nós, temos acesso a alimentos saudáveis, seguros e nutritivos.

A Iniciativa Nacional das Cidades Circulares foi inspirada pelas experiências decorrentes da Agenda Urbana para a União Europeia e do programa URBACT no que toca a planeamento integrado e governança multinível.

Em síntese, o método URBACT baseia-se em três princípios – integração horizontal, participação e aprendizagem-ação-, constituindo-se de processos e ferramentas que viabilizam a aprendizagem através da prática e da conceção de modelos de governação local inovadores que irão levar à coprodução e implementação de planos de ação integrados ou de planos de transferência de boas práticas, com o apoio de peritos.

A Rede de Cidades Circulares em Portugal parte do mesmo princípio. Uma rede de capacitação, cooperação e aprendizagem coletiva entre municípios, que lhes permitirá, em conjunto, encontrar soluções para desafios urbanos e rurais comuns no âmbito da transição de uma economia linear para uma economia circular, com o envolvimento e participação das suas comunidades locais.

Assim, e para estimular o desenvolvimento do plano de ação local, o Município de Bragança, com o apoio do perito e do parceiro líder, conduziu diversas reuniões e atividades planeadas que promoveram a constituição do Grupo de Planeamento de Ação Local (GPAL) e o envolvimento de todos os membros.

A constituição do GPAL permite experimentar abordagens inovadoras no contexto da administração urbana, promovendo um ambiente propício ao envolvimento dos agentes locais e ao desenvolvimento do Plano de Ação Integrado.

Este grupo, pela sua dinâmica e versatilidade na discussão do tema agroalimentar foi crescendo ao longo do decorrer do projeto, com o envolvimento de mais entidades. Assim, assumiu-se como núcleo primário do GPAL os seguintes membros:

- João Cameira, Município de Bragança;
- Ana Luisa Gomes. Município de Bragança;
- Alex Rodrigues, Brigantia Ecopark;
- José Barbosa (Colab More);
- Artur Gonçalves (CIMO-IPB);
- Rui Caseiro, (CIM-TTM);
- Sandra Fernandes, Resíduos do Nordeste EIM.

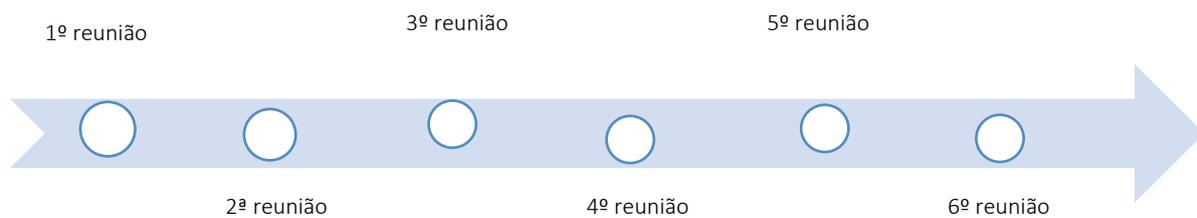
Relativamente à composição alargada do GPAL, outros elementos foram gradualmente convidados, de acordo com os temas de cada sessão e da sua pertinência (Tabela 1).

Este grupo tem um papel importante no desenvolvimento do projeto tendo sido, desde o início, o responsável pela definição das atividades que foram desenvolvidas ao longo do processo, pela identificação dos problemas e oportunidades do sector agroalimentar na região, bem como na proposição de ações de pequena escala passíveis de serem concretizadas. De mencionar que todos os elementos, em alguma medida, estão envolvidos na temática da circularidade, na gestão e aproveitamento de resíduos/recursos, bem como na dinâmica das relações urbano-rurais.

Tabela 1 - Entidades que integram o GPAL

Entidades públicas	Entidades Privadas	Associações e Agências	Academia e I&D
<ul style="list-style-type: none"> • Município de Bragança • Juntas de Freguesia • Resíduos Nordeste • CIM-TTM (Comunidade Intermunicipal Terras Tras os Montes) • Resíduos Nordeste IEM 	<ul style="list-style-type: none"> • União das IPSS • Fundação Betânia • Lagar Cooperativo dos Olivicultores da Região de Izeda • Pão de Gimonde 	<ul style="list-style-type: none"> • ACISB (Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança) • NERBA (Associação Empresarial de Bragança) • ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas) • Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Politécnico de Bragança • Brigantia Ecopark • ColabMORE • Centro de Investigação de Montanha • Laboratório de Montanha • Centro "Ciência Viva"

No cronograma abaixo é possível observar a distribuição das reuniões do GPAL.



Todos os membros do GPAL estiveram intensamente envolvidos na proposta de ideias e iniciativas para o projeto. Foram conduzidas reuniões presenciais dinamizadas através de exercícios, atividades participativas e dinâmicas de grupo (incluindo brainstorming, exercícios de priorização, análise SWOT, caracterização de iniciativas, etc.).

O GPAL cria um ambiente favorável para envolver os atores locais relevantes na elaboração e execução do Plano de Ação Integrado, de forma a estar em conformidade com as políticas municipais e possibilitar a apresentação de projetos para financiamento. Neste contexto, na **primeira reunião** do grupo houve uma apresentação do projeto, mencionando o tema prioritário e os transversais e os princípios fundamentais pertencentes à metodologia utilizada. Seguiu-se um momento de trabalho onde se aplicou a metodologia da Árvore dos Problemas, uma ferramenta útil para identificar questões a serem resolvidas, e ainda, quais as suas causas e possíveis consequências.

Para esta dinâmica, o desafio lançado foi o de **identificar o(s) problema(s)-chave existentes no concelho** associados à temática dos sistemas agroalimentar e a circularidade. Foi possível concluir que os principais problemas identificados se centram em três grandes pontos:

- Falta de Valorização dos Recursos;
- Falta de Valorização dos Desperdícios;
- Falta de Conhecimento e Sensibilização.

Posteriormente, o GPAL reuniu-se dando continuidade à reflexão dos principais problemas (e possíveis soluções) no território no âmbito agroalimentar. Foram aplicadas diferentes metodologias (análise SWOT, matriz de priorização, etc.) com a finalidade de construir uma “bolsa” de ações possíveis de aplicar no território.

Destas sessões foi possível construir e identificar o seguinte conjunto de ações legíveis para desenvolver no âmbito do projeto RURBANLINK:

1. Ação de compostagem na restauração

Incentivar a restauração da cidade de Bragança a separar todos os resíduos, incluindo o orgânico, valorizando restos alimentares que são normalmente descartados. Este lixo posteriormente será depositado em contentores comunitários permitindo a sua compostagem e futuras aplicações.

2. Sensibilização da Comunidade Escolar para o desperdício alimentar

Desenvolvimento de uma campanha de sensibilização no combate ao desperdício alimentar em todos os agrupamentos escolares do concelho, desenvolvendo os princípios da política dos 7 R's da sustentabilidade no comportamento diário dos jovens alunos - Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reaproveitar, Reciclar, Recusar e Recuperar.

3. Roadshow sobre conservação e aproveitamento de alimentos

Criação de uma “escola itinerante”, cujo objetivo é permitir que, percorrendo as aldeias do concelho de Bragança, se possa promover a circularidade dos alimentos, ensinando os habitantes dos meios mais pequenos a conservar os alimentos, bem como explicar as melhores técnicas de aproveitamento de resíduos orgânicos.

4. Compostagem comunitária

Criação de uma rede de contentores comunitários, onde seja possível a compostagem dos resíduos alimentares domésticos, da área urbana de Bragança.

5. Horta Urbana Biológica Comunitária

Criação de uma horta urbana comunitária focada no desenvolvimento de uma agricultura biológica e de permacultura. Estas hortas serão capazes de gerar alimentos durante todo o ano, de forma eficiente, ecológica e saudável. Os talhões serão disponibilizados não só aos cidadãos, também a instituições de solidariedade social.

6. Sensibilização do consumidor e pequeno comerciante.

Consciencializar e sensibilizar o pequeno comerciante e o consumidor para o desperdício alimentar, promovendo um melhor planeamento e gestão do consumo doméstico. Procura-se auxiliar e aconselhar os consumidores relativamente às quantidades de alimentos que devem comprar, como os deveriam manter corretamente armazenados e como - a posteriori - os devem usar, numa tentativa de assim de minimizar o desperdício alimentar das famílias e do pequeno comerciante do concelho de Bragança.

7. Sensibilização da restauração para o desperdício alimentar e separação de resíduos.

Consciencializar a restauração para uma melhor gestão de resíduos, principalmente o orgânico, promovendo a redução do desperdício alimentar e otimizando o seu uso e consumo.

8. Plataforma Local de Apoio

Criação de uma plataforma (digital e presencial) de apoio à implementação de uma economia mais circular, permitindo reconhecer problemas e necessidades locais e dar resposta às questões que possam surgir ao longo do processo.

9. Gestão da Biomassa e Resinas para transferência para usos urbanos

Promover uma política local para o aproveitamento urbano da biomassa gerada nas matas em resultado da execução das ações de gestão e exploração florestal (exemplo: limpezas), bem como de outros subprodutos e produtos florestais.

10. Formação dos responsáveis do Canal HORECA

Capacitação dos estabelecimentos inscritos do canal HORECA (hotel, restauração e cafés) para a circularidade dos alimentos e possíveis reaproveitamentos do resíduo orgânico.

Todas estas ações propostas, testariam e validariam práticas e metodologias alinhadas com o objetivo de estimular sistemas agroalimentares circulares. Foram posteriormente realizadas um conjunto de reuniões participativas que procuraram triar e definir as 6 ações mais viáveis para implementar no desenvolvimento deste PLAI.

FOCO & VISÃO

De acordo com o Estudo de Base elaborado no início do projeto Rurban Link, o subtema dos Sistemas Agroalimentares Circulares é o principal a ser trabalhado pela rede. Um sector agroalimentar circular deve assegurar o acesso global e democratizado a uma alimentação equilibrada e saudável, não deixando ninguém para trás (Agenda 2030). E o que num sistema linear são resíduos, num sistema circular compreende-se o real valor de cada matéria-prima.

Tendo isto em consideração, o Plano de Ação de Bragança visa abordar vários desafios inerentes do sector agroalimentar e da circularidade da economia. De forma sintetizada, são apresentados alguns dos tópicos mais relevantes para refletir e abordar em todo o processo:

- **Produção Sustentável e Regenerativa:** Assegurar a regeneração dos sistemas, garantindo que a produção é realizada em harmonia e simbiose com os sistemas naturais, respeitando os seus ciclos.
- **Compras Circulares:** Estabelecer critérios de compras, que avaliem questões como origem, certificações, compromisso com a sustentabilidade/circularidade, segurança e saúde dos produtos, etc.
- **De Resíduos a Recursos (simbioses):** Valorizar os subprodutos, promovendo a reutilização e a potenciação das matérias-primas que já estão a circular na economia, gerando benefícios económicos, ambientais e sociais.
- **Distribuição e Logística:** Otimizar os sistemas de distribuição e logística, promovendo uma crescente sustentabilidade e partilha da cadeia de distribuição, alinhando os processos na direção da circularidade.
- **Gestão de Resíduos:** Encaminhar adequadamente os resíduos sólidos gerados e assegurar que todos os colaboradores conhecem os procedimentos corretos a executar na gestão dos mesmo
- **Educação e Capacitação:** Investir na capacitação das equipas nas áreas chave relacionadas com esta área e promover o diálogo e as sinergias com vários parceiros ao longo da cadeia de valor.

De referir que um sistema alimentar sustentável assenta numa cadeia de produção de alimentos (produção, processamento, distribuição, comércio para consumo final e gestão de resíduos) que permita assegurar uma alimentação segura e nutricional, e que respeite o ambiente, promova o dinamismo económico, a coesão social e a saúde pública

VISÃO

“Bragança, Naturalmente ! Circular!”

Tornar Bragança um território da circularidade e sustentabilidade, ao nível do agroalimentar e resíduos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos seus residentes.

O Município de Bragança procura, assim, combinar a qualidade das práticas alimentares e a segurança alimentar com as dimensões produtivas que, simultaneamente, assegurem uma gestão sustentável futura dos recursos naturais.

O aumento da produção local e dos consumos locais contribui, em grande escala, para:

- Diminuição da emissão de GEE com o transporte de alimentos;
- Diminuir a produção de resíduos pelo facto de os produtos frescos não necessitarem de embalagens para conservação;
- Aumentar o aproveitamento dos resíduos orgânicos como matéria prima;
- Diminuir o uso de plásticos em todo o processo;
- Incorporar ações que promovam a reintrodução dos resíduos no ciclo de produção e a introdução de energias renováveis para maior eficiência energética na produção.

Essa combinação de vetores deverá projetar o Município de Bragança como um território:

- Com produtos de qualidade e gastronomia de base local;
- Implicado numa cultura de valorização do seu património agroalimentar;
- Assume um esforço coletivo de respeito e valorização dos recursos locais e ambientais;
- Consolida a transição para um sistema agre ecológico de base territorial.

Os objetivos finais deste projeto passam por:

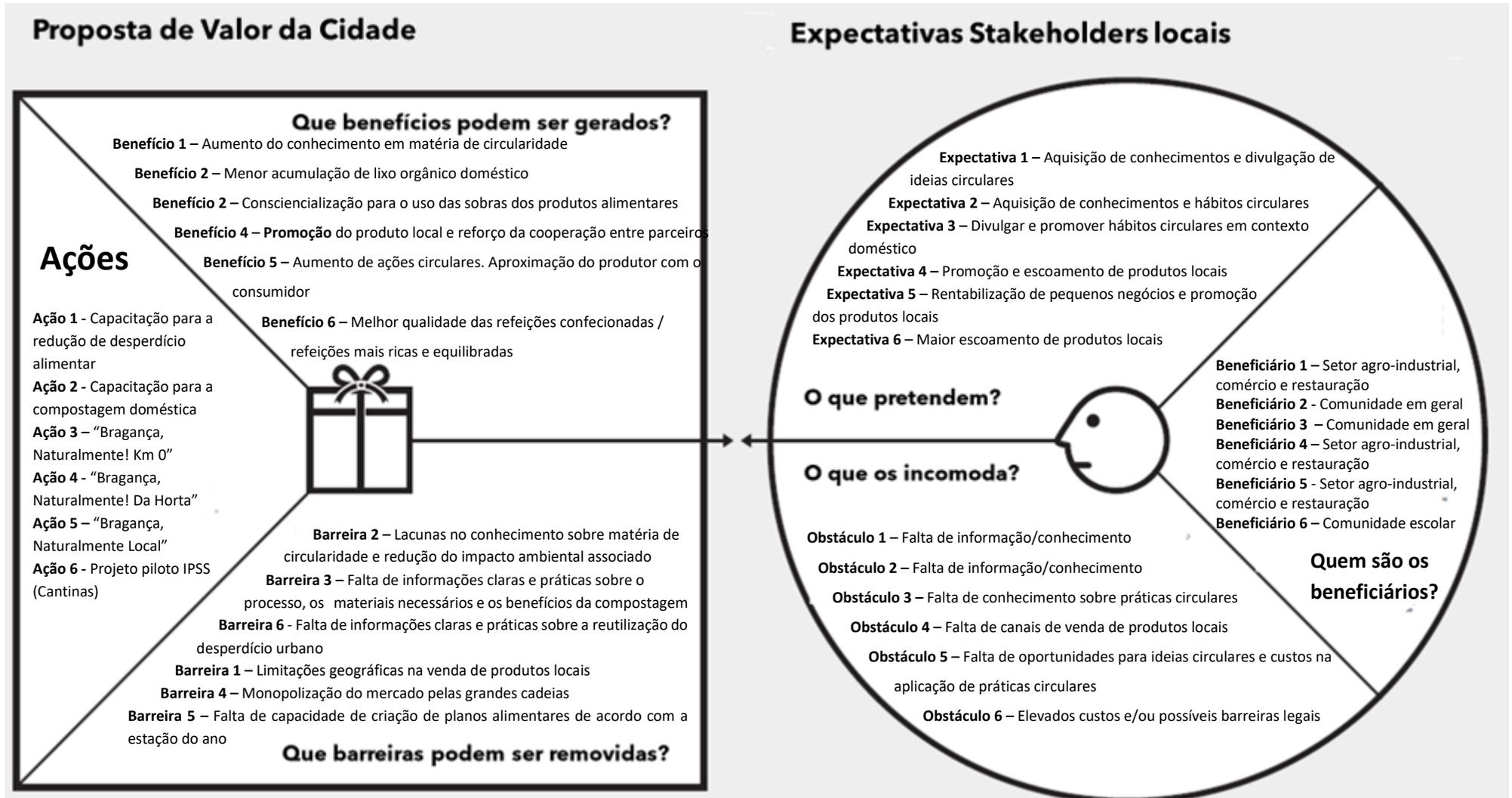
- Aumentar o consumo de produtos locais, contribuindo para o alargamento da utilização de circuitos curtos;
- Melhorar a qualidade nutricional das refeições da comunidade, promovendo a saúde e segurança alimentar como forma de valorização dos produtos da terra;
- Sensibilizar para o consumo de produtos alimentares de época;
- Reduzir o desperdício alimentar;
- Promover um modelo agrícola mais sustentável na produção, permitindo a valorização de práticas produtivas da região, mas também mitigar práticas menos eficientes;

Relativamente ao público-alvo do plano de ação foram definidos os seguintes grupos:

- Famílias institucionalizadas;
- Comunidade sénior e IPSS;
- Comunidade escolar;
- Produtores agrícolas;
- Empresários da restauração, hotelaria e pequeno comércio;

2. Plano de Ação

PROPOSTA DE VALOR



AÇÕES

A concretização da visão e dos objetivos definidos será materializada através da implementação de um conjunto de ações mobilizadoras. Esta carteira de iniciativas dá resposta às necessidades identificadas nas reuniões do GPAL, assim como aproveita os pontos fortes e oportunidades identificados.

A carteira das ações propostas está resumida nas páginas seguintes.

Ação 1 – “Bragança, Naturalmente. Desperdício Zero!”

Descrição da Ação:	Ações de informação à comunidade (escolas, restauração e famílias) para sensibilizar e combater o desperdício alimentar no concelho de Bragança,
Objetivos:	<ul style="list-style-type: none">- Aumentar o conhecimento e capacitar a comunidade sobre o valor dos alimentos;- Combater o desperdício alimentar em contexto escolar e familiar;- Consciencializar para métodos alternativos de conservação e aproveitamento alimentar.
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) - https://alimentacaosaudavel.dgs.pt/conheca-o-pnpas Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar - https://www.cncda.gov.pt/
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município de Bragança
Parceiros locais a envolver:	Agrupamentos Escolares ACISB Instituto Politécnico de Bragança Resíduos do Nordeste IEM.
Tempo necessário para implementação:	12 meses

Investimento total:	100.000€			
Potenciais riscos á implementação:	Fraca adesão da comunidade; Falta de continuidade das ações			
Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Estado de Execução
A1.1 Promoção de reuniões com entidades especializadas	- Dinamização de reuniões participativas com técnicos a fim de levantar e identificar necessidades e metodologias para a implementação das ações e aferir a disponibilidade dos mesmos para o desenvolvimento das atividades ao longo do ano.	1 mês	- Levantamento das necessidades e metodologias para as ações; - Registo da disponibilidade dos técnicos.	
A1.2 Calendarização das ações	- Estruturação e organização de um programa anual de ações de sensibilização para o desperdício alimentar. Serão dinamizadas, separadamente, nos seguintes grupos: Comunidade Escolar; Famílias; Restaurantes.	2 meses	- Criação de uma bolsa de ações, tanto para escolas, como para famílias e restaurantes;	
A1.3 Ações de comunicação e de divulgação	- Promover e divulgar o calendário de atividades, através da comunicação social local, dos muppis e redes sociais. - Produção de material informativo.	Contínuo	- Divulgação do calendário e das atividades.	

	<p>- Publicação de videografia nas redes sociais sobre o desperdício alimentar do concelho;</p>			
<p>A1.4 Implementação do calendário das ações de sensibilização</p>	<p>- Lançamento e operacionalização das seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade Escolar <p>- Promoção de aulas de cidadania para a sensibilização para o desperdício alimentar</p> <p>- Capacitar os funcionários que servem as crianças na cantina – “dose certa”</p> <p>- Criar mecanismos para que as crianças procedam à separação dos desperdícios alimentares nas cantinas e informar semanalmente dos quantitativos;</p> <p>- Bonificação de alunos que não desperdiçam na refeição diária (cantinas escolares)</p> <p>- Reconhecimento das escolas com menor desperdício alimentar;</p> <p>- Distribuição de flyer com infografia de sensibilização para o desperdício alimentar no verso das faturas das refeições escolares.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Famílias <p>- Promoção de ações de sensibilização para o desperdício alimentar, com demonstrações praticas.</p> <p>- Ações de sensibilização/</p>	<p>9 meses</p>	<p>- Aumentar a consciência entre os jovens sobre a questão do desperdício de alimentos</p> <p>- Promover reflexão sobre: direito à alimentação, segurança e soberania alimentar;</p> <p>- Aumentar o conhecimento dos consumidores relativamente aos prazos de validade dos géneros alimentícios, ao modo de conservação, tipos de produção, entre outros.</p> <p>- Redução do desperdício alimentar na confeção das refeições das famílias;</p> <p>- Reduzir o desperdício alimentar na restauração, hotelaria e IPSS.</p> <p>- Redução de resíduos orgânicos em aterro;</p> <p>- Incentivar adotar práticas mais sustentáveis.</p>	

	<ul style="list-style-type: none"> - Ação de sensibilização relativamente aos prazos de validade dos géneros alimentícios, ao modo de conservação, entre outros. - Inserção de infografia de sensibilização para o desperdício alimentar no verso das faturas da água; <ul style="list-style-type: none"> • Restauração - Promoção de ações de sensibilização junto da restauração para a “dose certa”; - Ação de sensibilização junto da restauração, hotelaria e IPSS para o selo distintivo “Produção sustentável, consumo responsável” - Incentivar a doação de géneros alimentícios; - Incentivo do uso de embalagens biodegradáveis para o cliente levar as sobras da refeição para casa: - Criação de um mecanismo para a distribuição das sobras alimentares diárias para famílias e IPSS. 			
<p>A1.5 Ações de monitorização e avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar e monitorizar (de forma contínua) as sessões previstas. - Acompanhar e monitorizar (de forma contínua e quantitativamente) o desperdício alimentar nas escolas 	<p>Contínuo</p>	<p>- Avaliação e monitorização do desempenho das ações</p>	

Ação 2 – “Bragança, Naturalmente. A Compostar!”

Descrição da Ação:	Ações de informação e capacitação da comunidade para a compostagem (doméstica e comunitária)
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a separação de resíduos orgânicos. - Promover e incentivar a compostagem doméstica e comunitária de resíduos orgânicos produzidos em cozinhas, jardins ou hortas; - Redução da quantidade de resíduos orgânicos depositados em aterro; - Redução da contaminação do solo e da água
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	<p>Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030)</p> <p>PAPERSU</p> <p>Bragança: Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas</p>
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município de Bragança
Parceiros locais a envolver:	<p>Instituto Politécnico de Bragança</p> <p>Resíduos do Nordeste IEM.</p>
Tempo necessário para implementação:	18 meses
Investimento total:	180.000€
Potenciais riscos á implementação:	<ul style="list-style-type: none"> - Ineficácia das ações de formação para o uso correto do compostor - Falta de acompanhamento do processo/parâmetros de controlo (odores, temperatura, humidade, arejamento)

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Estado de Execução
A2.1 Promoção de reuniões com entidades especializadas	- Dinamização de reuniões participativas com técnicos a fim de levantar e identificar necessidades e metodologias para a implementação das ações e auferir a disponibilidade dos mesmos para o desenvolvimento das atividades ao longo do ano.	1 mês	- Levantamento das necessidades e metodologias para as ações; - Registo da disponibilidade dos técnicos.	
A2.2 Calendarização das ações	- Estruturação e organização de um programa anual de ações de sensibilização para a compostagem, assentes na separação dos resíduos orgânicos resultantes dos bens alimentares diários. Serão dinamizadas, separadamente, nos seguintes grupos: <ul style="list-style-type: none"> • Compostagem doméstica • Compostagem comunitária; 	2 meses	- Criação de uma bolsa de ações, tanto para famílias, como para a comunidade em geral. - Promover a economia circular, com base nos princípios de desenvolvimento sustentável, em articulação com as Diretivas Comunitárias e Estratégias Nacionais em matérias de gestão de resíduos, promovendo uma atividade de interesse público.	
A2.3 Ações de comunicação e de divulgação	- Promover e divulgar o calendário de atividades, através da comunicação social local, dos muppis e redes sociais.	Contínuo	- Divulgação do calendário e das atividades.	

<p>A2.4 Implementação do calendário das ações de sensibilização</p>	<p>- Lançamento e operacionalização das seguintes atividades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compostagem doméstica <p>- Ação de sensibilização junto das famílias sobre a compostagem (com demonstrações práticas)</p> <p>- Divulgação do espaço municipal para deposição de verdes e castanhos (tritador elétrico)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compostagem comunitária <p>- Ação de sensibilização junto das famílias sobre a compostagem (com demonstrações práticas)</p> <p>- Premiação/bonificação para o compostor que mais produz</p> <p>- Ação de sensibilização junto dos restaurantes e IPSS (com cantina) para a separação dos resíduos orgânicos e a sua deposição no compostor.</p>	<p>12 meses</p>	<p>- Incentivar a compostagem comunitária;</p> <p>- Redução do desperdício alimentar na confeção das refeições das famílias;</p> <p>- Redução de resíduos orgânicos em aterro;</p> <p>- Incentivar adotar práticas mais sustentáveis;</p> <p>- Aumentar a produção de composto/fertilizante natural.</p>	
<p>A2.5 Operacionalização dos compostores</p>	<p>- Distribuição de 200 compostores domésticos a famílias do concelho de Bragança;</p> <p>- Entregar guias de orientação para a compostagem;</p> <p>- Criar sistema de alerta (app móvel) para monitorização e controlo do composto</p> <p>- Colocação de 10 compostores comunitários em todo o concelho (os</p>	<p>12 meses</p> <p>+</p> <p>Contínuo</p>	<p>- Promover e incentivar a compostagem (doméstica e comunitária) de resíduos orgânicos produzidos em cozinhas, jardins ou hortas;</p> <p>- Incentivar adotar práticas mais sustentáveis</p>	

	2 primeiros serão colocados numa escola e no viveiro municipal)			
A2.9 Ações de monitorização e avaliação	<ul style="list-style-type: none">- Acompanhar e monitorizar (de forma continua) as sessões previstas.- Acompanhar e monitorizar (de forma continua) os compostores domésticos distribuídos.	Contínuo	- Avaliação do desempenho da produção de composto.	

Ação 3 – “Bragança, Naturalmente Km 0!”

Descrição da Ação:	Promover e dinamizar workshops e oficinas de sensibilização para o reaproveitamento dos bens alimentares e para o desperdício alimentar, através de um veículo elétrico (foodtruck) adaptado. Assim, de forma itinerante esta “cozinha itinerante” poderá oferecer oficinas práticas e interativas para capacitar a comunidade (escolas e famílias) para o reaproveitamento dos bens alimentares e evitar desperdícios, combinando a ideia de mobilidade e alimentação mais sustentável.
Objetivos:	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a consciência entre a comunidade sobre o desperdício de alimentos; - Promover a redução do desperdício alimentar no concelho de Bragança; - Promover práticas mais sustentáveis; - Incentivar a hábitos e práticas mais sustentáveis.
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	- Plano Estratégico para a Ecocidade de Bragança
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município de Bragança
Parceiros locais a envolver:	IEFP; chefs de cozinha; juntas de freguesia
Tempo necessário para implementação:	16 meses
Investimento total:	80.000€
Potenciais riscos á implementação:	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca dinâmica e interesse da equipa afeta (para conduzir e apresentar) a Food Truck; - Dificuldade na logística de preparação das ações de sensibilização por haver necessidade de espaço para o veiculo e restantes recursos necessários, como cadeiras e mesas; - Pouca adesão da comunidade

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Estado de Execução
A3.1 Adaptação do veículo elétrico para os workshops itinerantes	- Definição do layout e adaptação do veículo elétrico com equipamentos necessários para a realização dos workshops e oficinas.	2 meses	- Ter um veículo aptado às necessidades do projeto.	
A3.2 Promoção de reuniões com chefs de cozinha	- Dinamização de reuniões participativas com chefs de cozinha a fim de levantar e identificar formas de aproveitamento alimentar (receitas e dicas) e auferir a disponibilidade dos chefs para o desenvolvimento dos workshops ao longo do ano.	1 mês	- Registo e catalogação de receitas e dicas de aproveitamento alimentar - Registo da disponibilidade dos chefs para as atividades	
A3.3 Criação de uma agenda de atividades "Bragança, Naturalmente 0"	- Estruturação e organização de um programa anual de workshops e oficinas de sensibilização para hábitos alimentares saudáveis, em espaços públicos, escolas, instituições e em eventos, assentes no reaproveitamento dos bens alimentares diários. Serão dinamizadas as seguintes atividades: <ul style="list-style-type: none"> • Workshops de compotas e conservas • Workshops sobre aproveitamento alimentar com chefs de cozinha; • Oficina "Cozinha Km 0". • "Banco de Sementes" - Estimular a criatividade e a inovação culinária.	2 meses	- Criação de uma bolsa de atividades e workshops, tanto para a comunidade escolar, como para a comunidade em geral. - Redução do desperdício alimentar na confeção das refeições das famílias; - Redução de resíduos orgânicos em aterro; - Incentivar adotar práticas mais sustentáveis.	
A3.4 Implementação da agenda "Bragança, Naturalmente 0"	- Lançamento e operacionalização das sessões de sensibilização e (in)formação;	12 meses	- Aumentar e melhorar os hábitos alimentares com	

	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de boas práticas na confeção das refeições, com aprendizagens sobre: higienização e preparação de alimentos; os valores nutricionais dos alimentos; receitas com ingredientes da época, reaproveitamento das “sobras”; gestão de resíduos e compostagem. - Dinamização de sessões de troca de sementes para produção local 		<ul style="list-style-type: none"> “desperdício 0” em contexto familiar; - Promoção de métodos de aproveitamento e conservação de alimentos; - Redução de resíduos orgânicos em aterro - Valorizar e facilitar a troca ou doação de sementes para produção local e familiar 	
A3.5 Ações de monitorização e avaliação	- Acompanhar e monitorizar (de forma contínua) as sessões previstas.	Contínuo	- Avaliação do desempenho das sessões desenvolvido.	

Ação 4 – “Bragança, Naturalmente. Da Horta!”

Descrição da Ação:	Aplicação móvel que liga o consumidor diretamente ao produtor local que permite a compra de produtos frescos e de qualidade diretamente do produtor (Funcionalidades principais: Registo de produtores locais; Registo do consumidor; Procura por produtores ou produtos; Compras diretas; Avaliações e comentários - atribuição de Selo de Compras Sustentáveis - ; Notificações).
Objetivos:	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a economia local, incentivando os munícipes a comprarem produtos diretamente dos produtores locais; - Reduzir o desperdício de bens alimentares das produções dos pequenos produtores; - Criação de um Marketplace facilitadora do contato entre produtor-consumidor final, através de notificações e alertas da disponibilidade dos produtos. - Reforçar as cadeias curtas, principalmente na produção hortícola (mais perecível a se estragar a longo prazo) - Promover preços mais justos (com a eliminação dos intermediários permite que os produtores vendam seus produtos a preços mais justos e acessíveis) - Promover compras sustentáveis
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Projeto “Banca na Praça”
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município de Bragança Existir um embaixador (Ex. Chef Óscar Geadas; Helena Preto, jovem que desenvolveu agricultura biológica e permacultura numa aldeia de Bragança)
Parceiros locais a envolver:	Juntas de Freguesia; Restauração/ACISB; ACRIPB
Tempo necessário para implementação:	15 meses

Investimento total:	60.000€			
Potenciais riscos á implementação:	<ul style="list-style-type: none"> - Fraca adesão dos Produtores locais; - Pouco domínio tecnológico dos produtores locais e consumidores - Sazonalidade da produção pode condicionar o uso contínuo da App ao longo de todo o ano. 			
Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Estado de Execução
A4.1 Levantamento de potenciais produtores a incluir na base de dados (em conjunto com as Juntas de Freguesia)	- Divulgação dos objetivos da aplicação junto dos potenciais produtores, garantindo assim uma oferta ampla de produtos e produtores;	2/3 meses	- Criação de uma carteira de contactos dos produtores locais com interesse em vender os seus produtos excedentes;	
A4.2 Desenvolvimento da aplicação	- Criação de uma App intuitiva e ágil que permita o contacto direto entre o consumidor e o produtor.	6 meses	- Estruturação de uma ferramenta digital que permita o contato direto entre produtores e consumidores	
A4.3 Ações de comunicação e de divulgação da App na comunidade	- Promover e divulgar o uso da aplicação na comunidade, através dos muppis, redes sociais, na “Banca na Praça”	Contínuo	- Divulgação da aplicação; - Crescimento dos registos na plataforma (tanto produtores como consumidores);	
A4.4 Implementação da App “Horta da Casa”, em IOS e Android	- Lançamento e operacionalização da aplicação	12 meses	- Crescente nº de utilizadores na aplicação;	
A4.5 Ações de monitorização e avaliação	- Avaliação do desempenho da aplicação a longo prazo; - Identificação de erros e melhorias	Contínuo	- Análise das métricas e estatística geradas pelo uso da aplicação;	

A4.6 Distinção dos espaços de restauração aderentes à plataforma com o selo "Origem Local"	- Bonificação da restauração aderente a esta plataforma e que confeccione as suas refeições com produção local	Contínuo	- Maior consumo de produtos locais na restauração; - Maior aproveitamento alimentar de produções locais (principalmente hortícolas) na restauração	
--	--	----------	---	--

Ação 5 – “Bragança. Naturalmente Local!”

Descrição da Ação:	Ação de promoção de cadeias curtas, a fim de sensibilizar e implementar - na restauração do concelho de Bragança - a utilização de produtos agroalimentares com origem local, com a criação de menus e ementas que destaquem a riqueza e diversidade dos produtos.
Objetivos:	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamizar as cadeias curtas no sector da restauração e da alimentação em Bragança; - Aumentar os rendimentos dos produtores locais e a produção agroalimentar local; - Aproximar os produtores dos responsáveis da restauração, eliminando intermediários e garantindo maior transparência e qualidade nos produtos; - Contribuir para o escoamento da produção local e diminuir o desperdício alimentar.
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Projeto “Banca na Praça”
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município de Bragança
Parceiros locais a envolver:	ACISB, produtores locais; associação de criadores; restauração (Ex. Solar Bragançano, o Javali, Família Geadas e Emiclau)
Tempo necessário para implementação:	12 meses
Investimento total:	120.000€
Potenciais riscos á implementação:	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de interesse da restauração; - Falta de capacidade de resposta dos produtores locais à procura/necessidade.

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Estado de Execução
A5.1 Levantamento da produção local	- Fazer o levantamento, identificar e mapear a produção agroalimentar do concelho de Bragança (quantitativamente)	2 meses	- Criação de uma base de dados da produção agroalimentar do concelho de Bragança	
A5.2 Agendamento de reuniões com a restauração	- Sensibilizar os responsáveis da restauração e seus chefes de cozinha para as cadeias curtas e dar a conhecer os produtores locais que podem fornecer localmente; - Incentivar a compra de alimentos locais diretamente dos produtores	1 mês	- Registo do levantamento das necessidades de produtos da restauração - Promover e valorizar os produtores locais - Promover a alimentação saudável baseada no valor local	
A5.3 Promoção de reuniões B2B entre empresários	- Dinamizar reuniões B2B entre a restauração e produtores, com momentos de degustação dos produtos; - Promover o contacto entre produtores e estabelecimentos de restauração de forma a criar sinergias entre <i>stakeholders</i> locais - Valorizar a compra à peça eliminando o excesso de stocks, agindo preventivamente na luta contra o desperdício (redução de custos de armazenamento e refrigeração dos alimentos).	1 mês	- Aumentar a oferta de produtos confeccionados com produtos locais aos consumidores;	
A5.4 Implementação e divulgação da “Restauração Km 0”	- Divulgar os espaços de restauração que implementaram uma cozinha mais local, com	2 meses	- Aumentar a oferta de produtos confeccionados com	

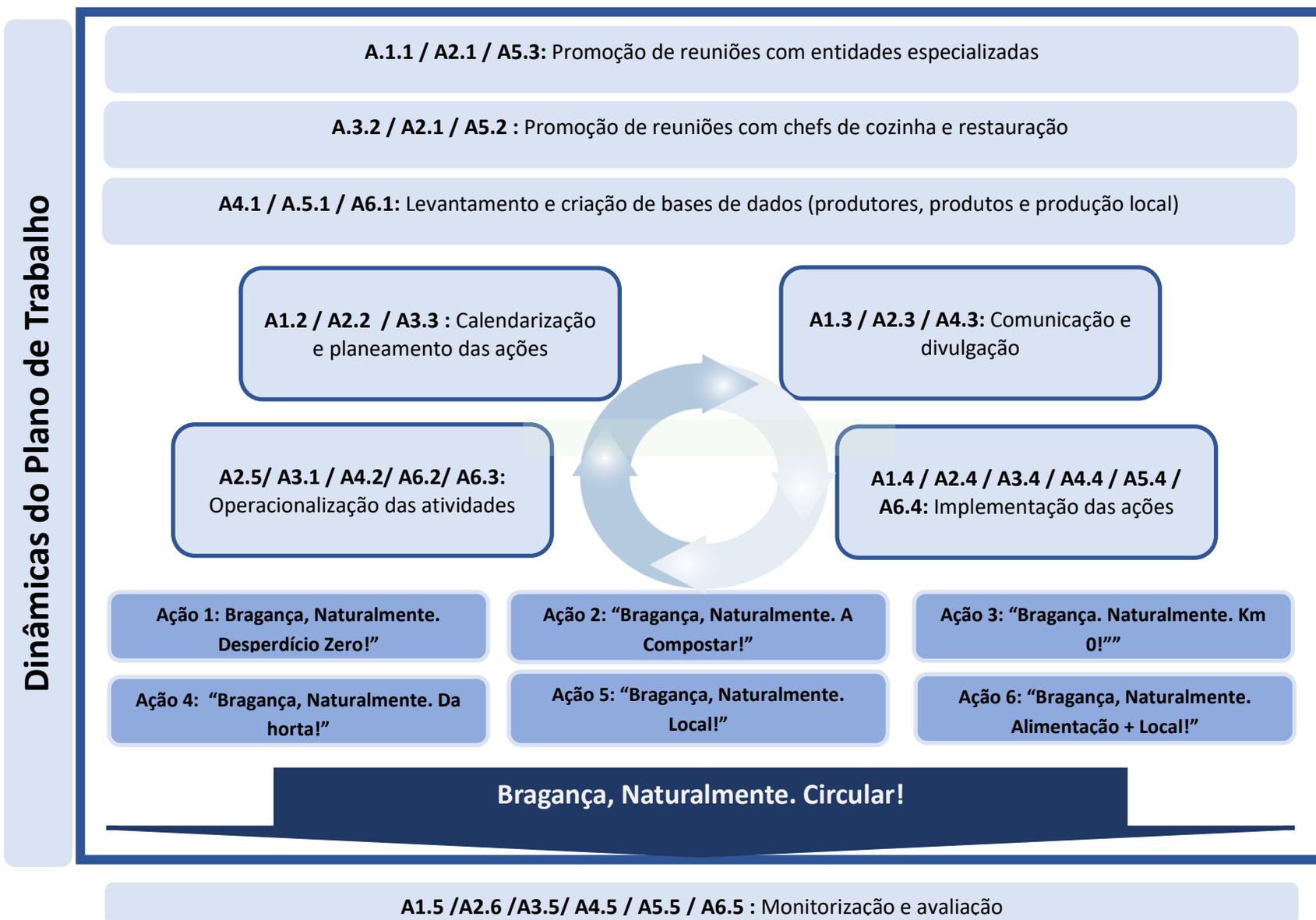
	<p>a criação e distribuição de material promocional;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Divulgar a campanha “Bragança, Naturalmente Local” através de publicações na comunicação social local - Divulgar a campanha “Bragança, Naturalmente Local” nas plataformas online (redes sociais e página web). 		<p>produtos locais aos consumidores;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a qualidade das refeições produzidas nos restaurantes do concelho. 	
<p>A5.5 Monitorização</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar e monitorizar (de forma continua) o uso de produtos locais na confeção de refeições na restauração do concelho 	<p>Contínuo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o uso de produtos locais (até 40% nas refeições diárias) e aumentar 10% no ano seguinte. 	

Ação 6 – “Bragança, Naturalmente. Alimentação + Local!”

Descrição da Ação:	Incentivar e implementar o consumo de produtos agroalimentares na preparação das refeições das IPSS e promover o aproveitamento dos resíduos orgânicos.
Objetivos:	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma rede de contactos entre os produtores locais e as IPSS do concelho; - Promover hábitos alimentares mais saudáveis e sustentáveis, através do consumo de produtos alimentares frescos locais e de época; - Aumentar os rendimentos dos produtores locais e a produção agroalimentar local; - Valorizar a riqueza nutricional dos produtos produzidos localmente; - Melhorar a qualidade das refeições das IPSS - Promover a circularidade dos alimentos, incentivando a separação dos resíduos e a recolha dos mesmos; - Reduzir o desperdício alimentar
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Estratégico para a Ecocidade de Bragança - Projeto “Banca na Praça”
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município de Bragança
Parceiros locais a envolver:	UDIPSS, Associação de criadores; Resíduos do Nordeste
Tempo necessário para implementação:	12 meses
Investimento total:	60.000€
Potenciais riscos á implementação:	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de continuidade e capacidade de resposta dos produtores locais para o fornecimento dos produtos necessários; - Dificuldade de conseguir produtos hortícolas no período de Inverno; - Canais de logística e distribuição pouco fiáveis

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Estado de Execução
A6.1 Levantamento das necessidades	- Fazer o levantamento, identificar e mapear as necessidades de bens alimentares para a produção das refeições diárias das IPSS aderentes (quantitativamente)	2 meses	- Criação de uma base de dados/estimativa das necessidades diárias de bens alimentares das IPSS aderentes	
A6.2 Elaboração e proposta de ementas mensais	- Elaborar, com apoio de dietistas/nutricionistas e produtores locais, propostas de ementas mensais para as refeições das IPSS; - Valorizar a compra “à medida” eliminando o excesso de stocks, agindo preventivamente na luta contra o desperdício (redução de custos de armazenamento e refrigeração dos alimentos).	2 meses	- Aumentar a qualidade das refeições produzidas nas IPSS do concelho. - Maior diversidade nas refeições diárias produzidas pelas IPSS - Melhorar a gestão de bens alimentares armazenados	
A6.3 Teste piloto	- Implementar em pequena escala da ementa mensal e a respetiva recolha de resíduos orgânicos produzidos	2 meses	- Atestar a aplicabilidade da ideia e verificar dificuldades no seu desenvolvimento.	
A6.4 Implementação do projeto	- Após os ajustes necessários decorrentes do teste piloto, alargar a iniciativa às restantes IPSS do concelho	10 meses	- Aumentar a oferta de refeições confeccionados com produtos locais aos utentes; - Aumentar a recolha de resíduos orgânicos;	
A6.5 Monitorização	- Acompanhar e monitorizar (de forma continua) o uso de produtos locais na confeção de refeições nas IPSS aderentes	Trimestral	- Promover o uso de produtos locais (até 40% nas refeições diárias) e aumentar 10% no ano seguinte.	

DIAGRAMA PERT



ABORDAGEM INTEGRADA

Este plano de ação, as suas ações e atividades, estão em sintonia com as políticas europeias, nacionais e sobretudo municipais já colocadas em prática.

Tal como mencionado em capítulos anteriores, desde a adoção da Estratégia de Lisboa em 2000, a União Europeia assumiu o desenvolvimento e implementação de uma economia sustentável e inovadora, "verde", como um objetivo central.

É a partir deste pressuposto que todas as restantes políticas e estratégias são desenhadas e implementadas, sejam, na dimensão macro ou micro.

A nível nacional são já várias as medidas tomadas em diversos setores da economia: em 2015 Portugal adotou a nova **Política Nacional de Resíduos** que estabeleceu objetivos ambiciosos no âmbito da reciclagem e na redução do desperdício; em 2018 foi definida a **Estratégia Nacional para a Economia Circular**, onde estabeleceu metas e ações para promover a economia circular em diferentes setores da economia; e em 2021 foi lançado o **Programa de Apoio à Transição Digital na Economia Circular**, com o objetivo de promover a adoção de tecnologias digitais e a inovação nos processos de economia circular. Além dessas iniciativas, Portugal também tem trabalhado em conjunto com outros países da União Europeia para promover a economia circular em toda a Europeia.

A nível regional, o **Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes** (2015 – 2023) ainda vigora. Assinado em 2015 por diversas entidades públicas e privadas, tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável e a coesão territorial da região transmontana.

Entre as medidas previstas no pacto, destacam-se a promoção da economia circular e da agricultura sustentável, a valorização do património natural e cultural da região, o fomento do empreendedorismo e da inovação, a melhoria da qualidade dos serviços públicos e a criação de oportunidades de formação e emprego para os jovens.

Já no âmbito local, e consciente da crescente importância da economia circular, o Município de Bragança tem tido a preocupação na adoção e fomento de medidas e de políticas ativas de promoção da sustentabilidade e mais amigas do meio ambiente, que permitiram alcançar o reconhecimento de Bragança como uma Ecocidade, sob o lema “fazer de Bragança um Município Classe A”.

Mantendo a estratégia de Eco Cidade definida em 2008, tem-se incorporado na gestão municipal as temáticas das *SmartCities* e Economia Circular, sendo apontada em diversos rankings e estudos nacionais e internacionais como exemplo.

Uma das principais características é o incentivo ao uso de tecnologias sustentáveis para a implementação de práticas sustentáveis em todas as áreas, desde a construção de edifícios municipais, à iluminação pública, à mobilidade e até na gestão de resíduos.

No setor da construção civil, o município tem promovido a reutilização de materiais e a utilização de materiais sustentáveis na construção de novos edifícios. Projetos como **“EnerUSER - Construção de uma rede de utilizadores Transfronteiriços Eficientes”** incentivaram a promoção mudanças no modo de consumo de energia e capacitar a comunidade para gerir, de forma inteligente, a energia e a qualidade do ar no interior das habitações.

No âmbito da cooperação transfronteiriça Norte de Portugal – Castela e Leão, foi aprovado o projeto **“BIOURB – Diversidade Construtiva Transfronteiriça, Edificação Bioclimática e sua adaptação à Arquitetura e Urbanismo Moderno”**, projeto liderado pela Entidade Regional de Energia de Castela e Leão e que integrou vários parceiros, entre eles o Município de Bragança. Daqui resultou a elaboração de um manual de boas práticas - o Manual BIOURB – com a catalogação de soluções que correspondem a boas práticas construtivas identificadas no território, ligadas a arquitetura tradicional, mas também soluções que emergem da inovação tecnológica orientada para a sustentabilidade ambiental e económica.

Outra estratégia adotada em Bragança foi a implementação de sistemas de gestão de resíduos sólidos mais eficientes. A cidade tem incentivado a reciclagem, além de promover a recolha seletiva e a consciencialização da comunidade para a importância da redução do desperdício. Exemplo disso foi a instalação do primeiro **Sistema de Depósito e Incentivo (SDI)** do país a contemplar a recolha de embalagens de cartão de bebidas. A funcionar no Mercado Municipal de Bragança, o projeto, Recicle e Ganhe, visa impulsionar a reciclagem e o comércio local, atribuindo aos cidadãos um voucher por cada depósito.

Ainda em 2021, em resultado de uma parceria entre a Resíduos do Nordeste e o município, foi implementado o projeto-piloto de **“Recolha Seletiva Porta-a-Porta”** no centro histórico. Procurou-se suprir a falta de espaço para a colocação de ecopontos, aumentar significativamente a quantidade de embalagens provenientes do setor comercial e contribuir para o cumprimento das metas nacionais e europeias em matéria de reciclagem.

O município tem também investido em tecnologias limpas e em energias renováveis. A mais recente **aquisição de veículos elétricos** que vêm substituir os veículos convencionais da frota, são direcionados para os serviços de limpeza urbana, manutenção de jardins e apoio a outras tarefas urbanas ambientais. Esta renovação da frota do Município está integrada nas políticas e estratégias de Bragança Eco Cidade implementadas nos últimos anos.

Além disso, e no sector agrícola, o município tem apoiado a criação de mercados locais, que valorizam os produtores locais e reduzem a necessidade de transporte de alimentos de longa distância. O projeto **“Banca na Praça”**, criado em 2014, é um dos bons exemplos para as boas práticas na promoção das cadeias curtas. Foram desenhadas e construídas 14 bancas em madeira, que são transportadas todos

os sábados, de maio a setembro, para a Praça da Sé (centro urbano da cidade). Das 9h às 13h, os residentes e turistas, podem comprar artesanato, pão, hortícolas, fruta, fumeiro, mel e outros produtos endógenos, diretamente ao produtor ou artesão, sendo que todos os participantes são residentes no concelho de Bragança.

A promoção de hábitos mais saudáveis, com o consumo de bens alimentares “KM 0” e com a crescente valorização da prática de horticultura, o Instituto Politécnico de Bragança promove desde 2011 o único projeto de hortas urbanas na cidade de Bragança. Incentivando para a prática de horticultura de lazer e privilegiando a agricultura biológica e sustentável, fomenta a convivência interpessoal e com a natureza, e a alimentação saudável dos seus utilizadores. Aqui, o MORE Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação, beneficiando da proximidade das hortas e do desenvolvimento do projeto e das suas dinâmicas sociais, tem aproveitado para estudar novas metodologias e técnicas que possam tornar esta prática mais eficiente (uso da água, compostagem, entre outros).

MODELO DE GOVERNANÇA

Um modelo de governança é um conjunto de princípios, políticas, processos e procedimentos que ajudam a garantir a eficácia e a transparência na tomada de decisões e na gestão de uma organização. Uma das principais vantagens de um modelo de governança é a clareza e transparência na definição dos papéis e responsabilidades dos diversos *stakeholders* envolvidos.

Tendo em consideração esta premissa, é proposto a criação de uma comissão permanente – de carácter informal e colaborativa - que terá como missão organizar e coordenar as ações dos diversos atores envolvidos, visando estabelecer uma economia mais sustentável e circular no concelho de Bragança, a médio e longo prazo.

Essa estrutura contará com a participação de todos os *stakeholders*, garantindo a eficácia na implementação das ações propostas. Para isso, será fundamental construir relações de confiança entre as entidades interessadas e definir claramente os papéis e responsabilidades de cada uma delas. A coordenação política e técnica será essencial para o sucesso deste modelo de governança.

O modelo colaborativo a aplicar neste projeto está representado no seguinte diagrama:

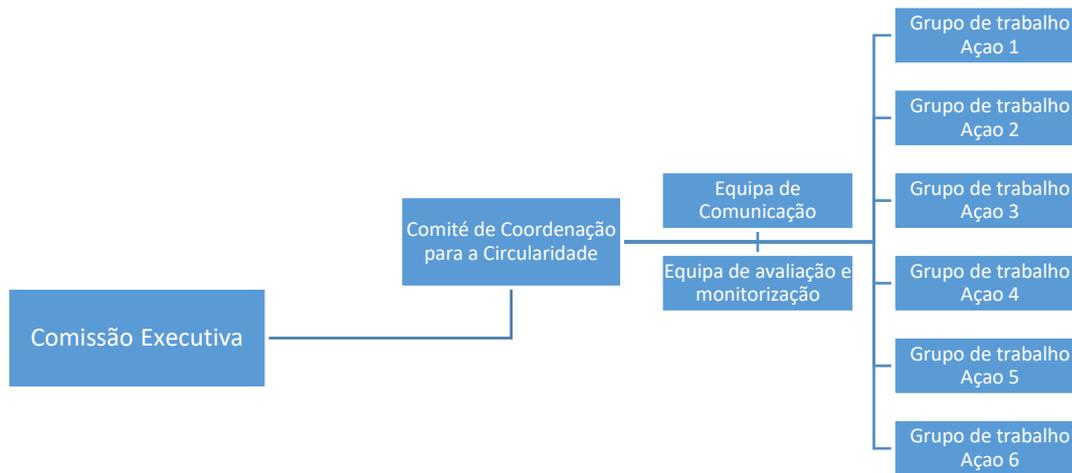


Figura 3 – Modelo colaborativo do projeto

Este modelo será flexível e adaptável às diferentes necessidades e realidades de cada ação. O importante é que forneça uma estrutura clara e transparente para a gestão do projeto, garantindo a participação e o envolvimento de todas as partes interessadas e a eficácia na implementação das iniciativas e ações.

A **Comissão Executiva** deverá ser composta pelo Vereador, pelo Chefe da Divisão de Promoção Económica e Turismo e por um técnico do Município de Bragança que têm a responsabilidade pela tomada de decisão e execução do plano de ação.

Ao seu lado, o “**Comité de Coordenação para a Circularidade**” será composto por técnicos do Município de Bragança (Divisão de Promoção Económica e Turismo e da Divisão da Sustentabilidade e Energia), de outros técnicos especializados (Resíduos Nordeste EIM), de entidades de cariz científico, (Instituto Politécnico de Bragança, Brigantia Ecopark e Centro Ciência Viva), bem como entidades com responsabilidades locais (ACISB e a União das IPSS de Bragança), com o objetivo de gerir e avaliar a dinâmica da implementação do plano de ação. Numa relação colaborativa com o comité, será definida um **Equipa de comunicação** - composto por 1 técnico do Gabinete de Apoio à Presidência do Município de Bragança - que irá criar estratégias eficazes de comunicação e envolvimento de todas as entidades com a comunidade local; e uma **Equipa de Avaliação e Monitorização** – composto por técnicos do Instituto Politécnico de Bragança e da Resíduos Nordeste EIM – que serão capazes de avaliar o desempenho de todas as ações e do projeto, a fim de garantir o cumprimento de todos objetivos.

Por fim, serão definidas as **equipas de trabalho técnico** paras as diferentes ações compostas no máximo por 3 elementos (com pelo menos um membro do GPAL).

Neste modelo de governança colaborativa, cada entidade envolvida desempenha um papel e tem responsabilidades específicas para alcançar os objetivos comuns do plano de ação. De uma forma simplificada, o plano de trabalho materializa-se da seguinte forma:

- A Comissão Executiva será liderada pelo Município de Bragança. Deverá reunir-se com o Comité de Coordenação para a Circularidade com periodicidade mínima bimestral para supervisionar a execução do plano de ação e pronunciar-se sobre a adequação das atividades do projeto;
- O Comité de Coordenação para a Circularidade servirá de elo de ligação entre os diferentes Grupos de Trabalho e deverá reunir-se regularmente, de forma semestral, para aferir o estado de execução das atividades propostas, com as diferentes entidades envolvidas, a fim de resolver problemas que possam surgir e tomar decisões conjuntas, em coordenação com os objetivos globais do projeto.
- As equipas de trabalho técnico são os responsáveis pela implementação operacional das ações e deverão garantir a coordenação e o envolvimento efetivos das diferentes entidades. Será criado um grupo de trabalho específico para cada uma das ações. Terão que reportar regularmente ao Comité o estado de desenvolvimento dos projetos. Os Grupos de Trabalho deverão reunir com periodicidade mínima bimestral até ao final da implementação do Plano de Ação.

Será também desenvolvido um plano de comunicação que garanta que todas as partes envolvidas no projeto estejam informadas e integradas no processo, tal como desenvolver uma estratégia de divulgação de todas as ações à comunidade.

3. Alinhamento com Financiamentos

INVESTIMENTO PREVISTO

O investimento total previsto neste Plano Local de Ação Integrado ascende ao **montante global de 600.000,00€**, descrito da seguinte forma:

Ação	Breve descrição	Investimento previsto
Ação 1	“Bragança, Naturalmente. Desperdício Zero!”	100.000€
Ação 2	“Bragança, Naturalmente. A Compostar!”	180.000€
Ação 3	“Bragança. Naturalmente. Km 0!”	80.000€
Ação 4	“Bragança, Naturalmente. Da horta!”	60.000€

Ação 5	“Bragança, Naturalmente. Local!”	120.000€
Ação 6	“Bragança, Naturalmente. Alimentação + Local!”	60.000€

FONTES DE FINANCIAMENTO

AÇÃO	INVESTIMENTO (€)	FONTE DE FINANCIAMENTO							
Ação 1	100.000,00€								
		75%	75.000,00€	25%	25.000,00€				
Ação 2	180.000,00€								
		50%	90.000,00€	30%	54.000,00€	20%	36.000,00€		
Ação 3	80.000,00€								
		50%	40.000,00€	30%	60.000,00€	55%	44.000,00€	20%	16.000,00€
Ação 4	60.000,00€								
		55%	33.000,00€	55%	33.000,00€	30%	18.000,00€	20%	12.000,00€
Ação 5	120.000,00€								
		50%	60.000,00€	30%	36.000,00€	55%	66.000,00€	20%	24.000,00€
Ação 6	60.000,00€								
		30%	18.000,00€	55%	33.000,00€	15%	9.000,00€		
Investimento Total	600.000,00€								

4. Monitorização & Avaliação

A execução das ações previstas neste PLAI será monitorizada no período de implementação no sentido de quantificar e medir o progresso no alcance dos resultados esperados, bem como garantir a sustentabilidade futura das iniciativas. Para isso, foram identificados indicadores específicos, tendo como principal referência o URBACT Toolbox on Measuring and Monitoring IAP performances¹,

¹ <https://urbact.eu/toolbox-home/measuring-performance-implementation>

adaptado ao contexto específico do PLAI. Para desenvolver o Quadro de Monitorização abaixo foram considerados os objetivos gerais definidos no Ponto 1 deste documento (Foco e Visão).

A tabela seguinte foi construída para auxiliar o acompanhamento da evolução da implementação o projeto e das ações pela equipa designada - a Equipa de Avaliação e Monitorização (EAM).

A EAM ficará responsável pela recolha de dados dos indicadores definidos no Plano de Ação. No entanto, eventuais ações implementadas pelos parceiros/equipas de trabalho, poderão também representar outras fontes de criação, recolha e partilha de dados.

Tabela 2 – Quadro de Monitorização do PLAI

Objetivos	Indicadores
1. Aumentar o consumo de produtos locais	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciativas de sensibilização para o consumo de produtos locais; - Participantes nas ações de sensibilização; - Consumo de produtos com origem local; - Produtores locais na Banca na Praça
2. Melhorar a qualidade nutricional das refeições da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar para o consumo de legumes e fruta nas refeições, escolares e familiares. - Sensibilizar para os benefícios da dieta mediterrânica.
3. Sensibilizar para o consumo de produtos de época	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciativas de sensibilização para o consumo de produtos de época - Unidades de restauração com ementas adaptadas aos produtos de época - Ementas escolares com utilização de produtos de época - Produtores locais na Banca na Praça
4. Reduzir o desperdício alimentar	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciativas de sensibilização para a redução do desperdício alimentar; - Aproveitamento dos restos orgânicos provenientes da preparação de refeições em contexto escolar e familiar
5. Promover um modelo agrícola mais sustentável na produção	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciativas de sensibilização para modelos agrícolas mais sustentáveis - Distribuição de composto orgânico junto de produtores agrícolas e famílias - Realização de feira de troca de sementes nativas. - Disponibilização de talhões em espaço de Horta Comunitária

Os indicadores acima identificados, que irão permitir a avaliação e monitorização da implementação dos objetivos definidos no Foco e Visão do PLAI, aquando da implementação das ações, deverão ser objeto de definição do *baseline* e posterior definição das metas quantificáveis e respetivas fontes de recolha.

A EAM, após o início da implementação e definição do ponto de partida e respetivas metas, poderá identificar eventuais melhorias e recomendar ajustes, tendo em vista a otimização de recursos e superação das metas estabelecidas.

5. Comunicação & Consulta Pública

A comunicação é uma ferramenta chave para a execução e sucesso de qualquer projeto, pois só assim se estabelecem as estratégias e ações que permitirão uma comunicação clara e eficiente da mensagem. Para o presente PLAI, a comunicação deverá ser contínua e em estreita ligação entre todos os elementos, desde os grupos de trabalho às instituições envolvidas, como também para com a comunidade em geral. A mensagem assenta na premissa **“Bragança, Naturalmente ! Circular”**.

COMUNICAÇÃO INTERNA

A comunicação interna de uma equipa é uma área estratégica para o sucesso de qualquer projeto na medida em que permite a boa articulação entre os serviços necessários e a harmonia de relacionamento entre os técnicos que cooperam para o cumprimento de objetivos.

A existência de canais efetivos de interação e de circulação eficaz de informação é condição basilar para a proatividade e eficiência de todo o trabalho em equipa.

O Município de Bragança é uma estrutura de considerável dimensão, reunindo cerca de 600 colaboradores. Apesar de ter práticas já relativamente consolidadas no campo da comunicação interna, tendo em vista a concretização deste PLAI, fixam-se neste documento os princípios que devem orientar os fluxos de informação, de cuja eficiência depende também o êxito das estratégias de comunicação externa, a boa imagem e a credibilidade do Município.

A Equipa de Comunicação, composta pelo técnico do Gabinete de Apoio e Relações Externas, é o responsável pela centralização de informação e comunicação entre o Grupo de Ação Local (GPAL) e as unidades orgânicas do Município de Bragança, através essencialmente de canais digitais (e-mail).

Ações de Comunicação:

- Reunião com o Executivo e Unidades Orgânicas para apresentação do PLAI;
- Envio periódico, através dos contactos internos, das ações e resultados obtidos na implementação do PLAI.
- Divulgação, através das redes sociais, das iniciativas e atividades no âmbito da implementação do PLAI.

COMUNICAÇÃO EXTERNA

A comunicação externa é, como sugere a própria designação, a área de interação com públicos externos. No prolongamento das ações de comunicação interna, esta área visa essencialmente promover a ampla divulgação das iniciativas e a visibilidade pública de um projeto. Define-se por um

conjunto de ações informativas que têm como propósito, no caso em particular do PLAI, a divulgação das atividades a desenvolver, a sensibilização para o desperdício alimentar e a projeção a nível local do que é a Economia Circular e dos seus benefícios para a comunidade.

Será igualmente a Equipa de Comunicação responsável por esta promoção pública, mas terá como público-alvo a comunidade, empresas e produtores locais, restauração e hotelaria, e outras empresas da área alimentar, através de diferentes canais tais como: pagina institucional, redes sociais, muppies digitais, flyers e através das faturas da água e refeições escolares.

Ações de Comunicação:

- Ação de sensibilização sobre o desperdício alimentar no evento “Banca na Praça”;
- Ação de sensibilização para a economia circular no evento Sm’Arte, integrado no programa de Mercado de Rua.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional irá centrar-se na realização de reuniões, com a participação do Executivo e várias entidades locais, intermunicipais e regionais, bem como na divulgação nos canais de comunicação do Município de Bragança, das ações e atividades desenvolvidas no âmbito do PLAI.

Ações de Comunicação:

- Reunião presencial com instituições do concelho;
- Publicação de notícias na imprensa regional;
- Divulgação na pagina web do Município de Bragança as ações e atividades desenvolvidas

6. O Futuro

Hoje, 20 de Outubro de 2030, o Outono está ameno e a paisagem envolvente à cidade de Bragança já apresenta as matizes outonais. Os brigantinos aproveitam o clima ameno e desfrutam dos inúmeros espaços verdes que fazem o contínuo verde entre a envolvente natural e os espaços construídos. Nestes espaços verdes, onde as hortas urbanas comunitárias são espaços de convívio, coesão e partilha, as crianças e jovens também aproveitam para ajudar os familiares a tratar destes espaços de biodiversidade.

Em 2003, Bragança, atenta a um novo paradigma de governação que visava promover o desenvolvimento sustentável com base num processo efetivo de participação pública, decidiu

desenvolver a sua Agenda 21 Local, tendo assinado a Carta de Aalborg, em Janeiro de 2006, na cidade de Santiago de Compostela.

Em 2008, Bragança afirmou-se como Ecocidade, tendo sido elaborado o “Plano Estratégico para a Ecocidade de Bragança”, sob o lema “Fazer da cidade um Município Classe A” e que tornou Bragança numa ecocidade moderna, capaz de atrair pessoas qualificadas e investimento, fazendo valer os seus recursos endógenos, sendo disso exemplo, o Brigantia Ecopark – Parque de Ciência e Tecnologia.

Em 2018, através de um projeto inovador, Bragança deu também o primeiro passo para uma visão de sustentabilidade globalmente consistente, participando, com um grupo pioneiro de municípios, na primeira avaliação municipal da pegada ecológica e biocapacidade (projeto liderado pela ZERO, Global Footprint Network e Universidade de Aveiro). Os resultados demonstraram que a biocapacidade do município de Bragança é cerca de 110% superior à média nacional. Para este resultado muito contribuíram as políticas de sustentabilidade ambiental que foram implementadas: a iluminação LED; as ciclovias e bicicletas elétricas partilhadas de utilização gratuita; a mobilidade elétrica; e o turismo sustentável, política de resíduos, entre outras.

Em 2021, Bragança fez parte do projeto RURBAN Link, uma rede de cidades portuguesas que tinha como principal objetivo, promover ligações funcionais circulares entre áreas urbanas e rurais, enquanto alavancas do desenvolvimento territorial integrado e de processos colaborativos de base local. Entre as várias dimensões que foram analisadas, pretendeu-se debater a promoção de um sistema alimentar urbano/rural que tornasse mais eficiente e sustentável o fluxo de produtos desde a produção até ao processamento, distribuição e consumo e a consequente gestão de resíduos e processos associados.

Em 2025, Bragança teve 6 restaurantes galardoados com o Garfo Verde pelo seu compromisso com a sustentabilidade ambiental e o Município de Bragança recebeu a distinção de Território Slow Food, pelo seu contributo na valorização do produto, do produtor e do meio ambiente. A quase totalidade das crianças e jovens do concelho de Bragança, vão para a escola utilizando as suas bicicletas ou as bicicletas partilhadas, utilizando a rede de ciclovias que foi iniciada em 2011. A rede urbana de transporte coletivo elétrico, permite aos jovens, mas também aos idosos e trabalhadores, deslocarem-se em Bragança sem o uso de viaturas particulares.

Em 2027, Bragança foi reconhecida pelo Ministério da Inovação e Circularidade, como o município com as 3 melhores práticas municipais em termos de soberania e desperdício alimentar, transformação de resíduos orgânicos e inovação. O facto de Bragança ser um território que assegura cerca de 90% das suas necessidades de produtos alimentares, de o desperdício alimentar escolar, das

famílias e restauração apenas ser de 7% e que esses resíduos orgânicos são transportados e transformados sem o uso de combustíveis fósseis, levou o Ministério da Inovação e Circularidade a reconhecer Bragança como um exemplo a nível nacional e a selecionar o território para participar no Fórum Mundial da ONU dedicado à Circularidade e Sustentabilidade, onde tivemos a oportunidade de disseminar as boas práticas e ter acesso a outras boas práticas

Em 2030, Bragança teve a primeira unidade de produção, transformação e distribuição de produtos hortícolas biológicos, totalmente auto suficiente em termos energéticos e água, tendo ganho um prémio de inovação e empreendedorismo, pela utilização da Inteligência Artificial e Sistemas Autónomos no processo de sementeira, apanha, transformação e distribuição. Relativamente ao processo de distribuição, a utilização de drones e IA na logística de entrega semanal de produtos biológicos aos clientes locais e, no sentido inverso, na recolha semanal dos resíduos orgânicos produzidos pelas famílias e restaurantes, permitiu aumentar a eficiência e conforto no processo de aquisição, bem como melhorar a qualidade dos solos da unidade com a produção de composto orgânico.

Agradecimentos

Ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática enquanto promotor da Iniciativa Nacional Cidades Circulares (InC2) e a toda a equipa Direção-Geral do Território. Ao permitirem o trabalho em rede de cidades portuguesas, aplicando a metodologia URBACT, fomentaram a partilha e conhecimento, na procura de ações diferenciadoras no âmbito da economia circular.

Ao Município do Fundão, líder da rede Rurbanlink, pela gestão eficiente dos recursos do projeto e pelo foco estratégico.

Ao perito Miguel Sousa, por contribuir com seu conhecimento e orientação, melhorando as competências e resultados da rede Rurbanlink.

Aos colegas da rede, pela relevante e enriquecedora partilha de experiências e ideias, assim como pela forma exemplar e acolhedora com que nos receberam nos seus municípios. Cada encontro foi momento único de partilha e confraternização, de conhecimento e aprendizagem, fortalecendo novas parcerias e cooperação.

A concretização deste Plano de Ação só foi possível graças ao envolvimento de várias entidades, locais e regionais, e à sua participação ativa nas reuniões do Grupo de Planeamento e Ação Local. O seu entusiasmo, disponibilidade, conhecimento específico e opiniões partilhadas, contribuíram para o resultado final.

A todos, o nosso sincero agradecimento. A vossa participação irá continuar e juntos seremos mais circulares!

Anexos & informação de Apoio

1. REUNIÕES GPAL



Iniciativa:	Redes de Cidades Circulares
Área temática:	Ligações urbano-rurais
Projeto:	Rurban Link
Ação:	Grupo de Ação Local de Bragança
Local:	Câmara Municipal de Bragança
Data:	2022.10.26

Participantes:

CIMO - IPB | Artur Gonçalves
Colab More | José Barbosa
Resíduos Nordeste | Sandra Fernandes
Brigantia Ecopark | Alex Rodrigues
CIM – TTM | Rui Caseiro
Município de Bragança | João Cameira
Município de Bragança | Ana Gomes

A reunião abordou os seguintes pontos:

A sessão iniciou-se com a apresentação do projeto INC2 - Rurbanlink ao Grupo de Planeamento e Ação Local (GPAL) presente.

Foi feito o enquadramento da temática de trabalho a desenvolver pelo grupo, bem como a apresentação de estratégias a desenvolver em Bragança, considerando o seu contexto territorial, focando nas simbioses agro-alimentares.

Cada membro do GPAL presente fez várias observações tendo em conta o conhecimento e a entidade que representam, destacando ainda alguns projetos e ações como exemplos de boas práticas já desenvolvidas na área da economia circular no território.

Após a realização da apresentação, seguiu-se um momento de trabalho onde se aplicou a metodologia da Árvore dos Problemas, uma ferramenta útil para identificar questões a serem resolvidas, e ainda, quais as suas causas e possíveis consequências.

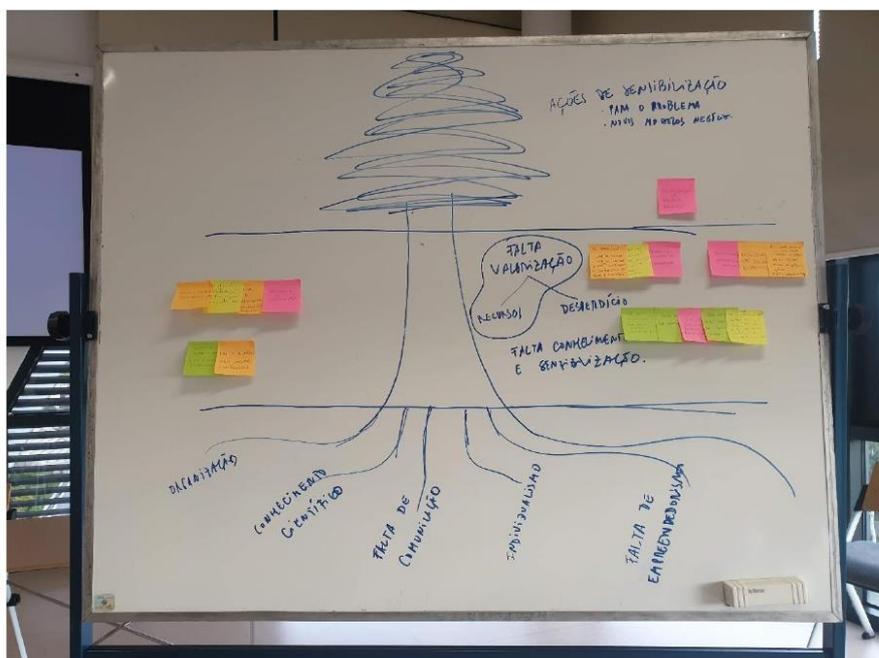
Para esta dinâmica, o desafio lançado foi o de identificar o(s) problema(s)-chave existentes no concelho associados à temática dos Sistemas Agro-Alimentar e a Circularidade. Depois de agrupados todos os contributos, iniciou-se uma discussão para conseguir agregar em 2 ou 3 problemas e avançar para a discussão das causas e consequências. Os problemas identificados foram: Falta de Valorização dos Recursos; Falta de Valorização dos Desperdícios; Falta de Conhecimento e Sensibilização.

Ficou ainda decidido que se realizarão as reuniões do GPAL na última semana de cada mês e que se irão convidar mais um conjunto de membros para o GPAL, nomeadamente o NERBA (núcleo empresarial), Centro Nacional de Competência dos Frutos Secos, Associação de Apicultores de Mel, União das IPSS's, Cooperativa de Azeite e Pão de Gimonde (empresa de panificação).









RURBAN Link

1.ª Reunião do GPAL | 26 de outubro 2022

LIGAÇÕES CIRCULARES ENTRE ÁREAS URBANAS E RURAIS

Apresentação da Rede
Enquadramento Temático
Road Map para o PLAI
Dinâmica de Grupo

REPÚBLICA PORTUGUESA
FUNDO AMBIENTAL
InC2
Iniciativa Nacional Cidades Circulares

GPAL

Onde impacto acontece...

- Onde a bordagem participativa e integrada é posta em prática;
- Onde a tentativa e erro é permitida como forma de aprendizagem;
- Onde os departamentos municipais adoptam uma nova cultura de trabalho;
- Onde a mudança de mentalidades de vários leaders de opinião mudam;
- Onde a aprendizagem coletiva acontece e complementa a aprendizagem individual.





Iniciativa:	Redes de Cidades Circulares
Área temática:	Ligações urbano-rurais
Projeto:	Rurban Link
Ação:	Grupo de Ação Local de Bragança
Local:	Brigantia Ecopark – Incubação de Empresas
Data:	2022.12.05

Participantes:

CIMO - IPB | Artur Gonçalves
Colab More | José Barbosa
Resíduos Nordeste | Sandra Fernandes
Brigantia Ecopark | Alex Rodrigues
Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos | Albino Bento
Lagar Cooperativo dos Olivicultores da Região de Izeda | Narcisca Matos
Fundação Betânia | Fabiola Mourinho
João Cameira | Município de Bragança
Ana Gomes | Município de Bragança

A reunião abordou os seguintes pontos:

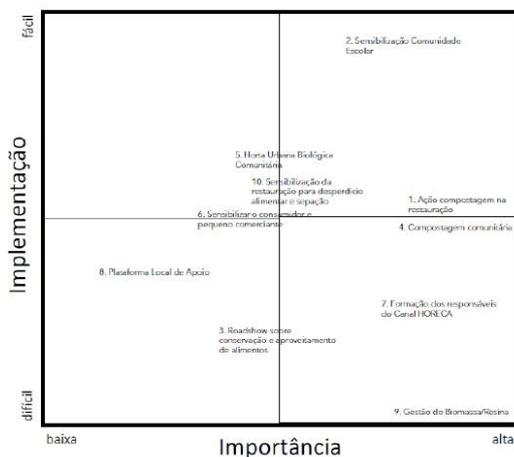
A sessão iniciou-se com a apresentação do projeto INC2 - Rurbanlink ao Grupo de Planeamento e Ação Local (GPAL) presente, uma vez que foram convidadas novas entidades.

Após a realização da apresentação, seguiu-se um momento de trabalho onde se procurou dar continuidade aos resultados obtidos na reunião anterior, onde se identificaram os principais problemas (e possíveis soluções) no território no âmbito agroalimentar. Os problemas identificados foram: a falta de valorização dos recursos; a falta de valorização dos desperdícios; e a falta de conhecimento e sensibilização.

Foi definido dividir em 3 momentos o exercício a desenvolver em grupos usando diferentes metodologias: primeiro a apresentação de propostas de ação, com designação e objetivos; de seguida a análise SWOT e, por fim, a matriz de priorização.

Para o primeiro exercício, e de forma a obter propostas diferenciadas, foram constituídos 2 grupos distintos. Aqui foram feitas várias propostas de atividade a desenvolver no território que pudessem responder aos problemas previamente identificados. De seguida, foi conduzida uma análise SWOT de todas as ações propostas de forma a avaliar os pontos fortes/fracos e as ameaças/opportunidades.

Por fim, o último exercício, e já discutido com todos os membros, tratou-se de uma simples classificação das ações apresentadas pela sua relevância/importância e pela sua facilidade/dificuldade de implementação.



Matriz de priorização elaborada

Cada membro do GPAL presente fez várias observações tendo em conta o conhecimento e a entidade que representam, destacando ainda alguns projetos e ações como exemplos de boas práticas já desenvolvidas na área da economia circular no território.

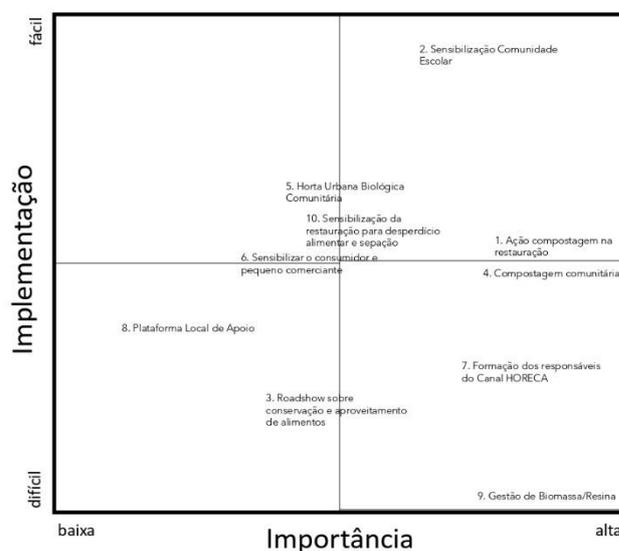
Ficou novamente reiterado que se realizarão as reuniões do GPAL na última semana de cada mês e que se irão convidar mais um conjunto de membros para o GPAL.







Matriz de priorização





Iniciativa:	Redes de Cidades Circulares
Área temática:	Ligações urbano-rurais
Projeto:	Rurban Link
Ação:	Grupo de Ação Local de Bragança
Local:	Centro "Ciência Viva"
Data:	2023.03.22

Participantes:

CIMO - IPB | Artur Gonçalves
Resíduos Nordeste | Sandra Fernandes
Resíduos Nordeste | Paulo Praça
Filomena Gomes | Centro Ciência Viva
Clotilde Nogueira | Centro Ciência Viva
João Cameira | Município de Bragança
Ana Gomes | Município de Bragança

A reunião abordou os seguintes pontos:

A sessão iniciou-se com a apresentação do projeto INC2 - Rurbanlink ao Grupo de Planeamento e Ação Local (GPAL) presente, uma vez que foram convidadas novas entidades.

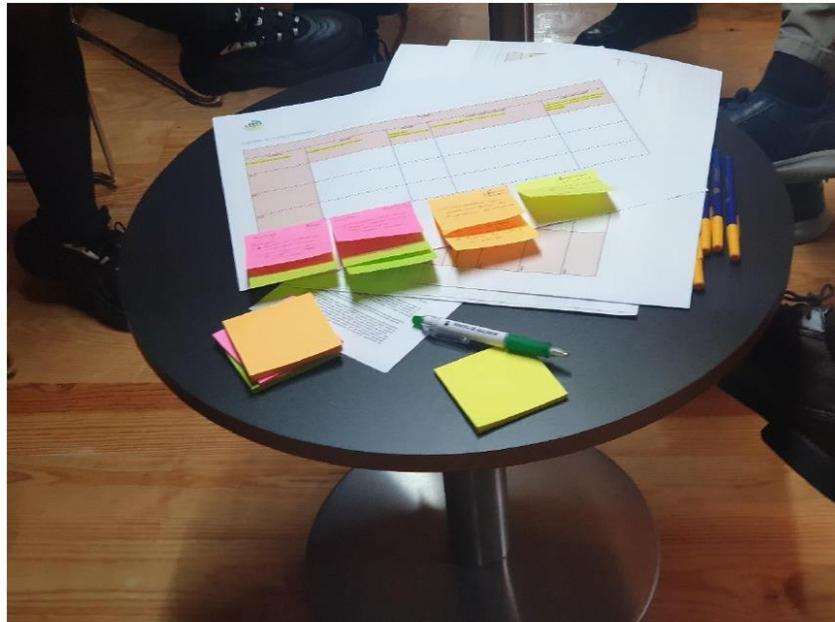
Após a realização da apresentação, seguiu-se um momento de trabalho onde se procurou dar continuidade aos resultados obtidos na reunião anterior, onde se identificaram possíveis ações e atividades a desenvolver no território no âmbito agroalimentar. As ações idealizadas foram: ação de sensibilização e capacitação para o desperdício alimentar; ação de sensibilização e capacitação para a compostagem; criação de uma plataforma para registo e venda da produção local; Food Truck elétrica – roadshow sobre conservação e aproveitamento alimentar; projeto piloto nas cantinas das IPSS e uma atividade para promover as cadeias curtas (Banca na Praça e Mercado de troca de sementes).

Dada à pertinência das entidades presentes nesta reunião foram discutidas apenas 3 ações: Ação de sensibilização para o desperdício alimentar; Ação de sensibilização para a compostagem; e o FoodTruck elétrico.

Foi definido trabalhar em grupo para a discussão dos objetivos e possíveis atividades a desenvolver em cada ação, aplicado a diferentes públicos alvos.

Cada membro do GPAL presente fez várias observações tendo em conta o conhecimento e a entidade que representam, destacando ainda alguns projetos e ações como exemplos de boas práticas já desenvolvidas ou com intenção de desenvolver na área da economia circular no território.

Ficou novamente reiterado que se realizarão as reuniões do GPAL na última semana de cada mês e que se irão convidar mais um conjunto de membros para o GPAL.







Iniciativa:	Redes de Cidades Circulares
Área temática:	Ligações urbano-rurais
Projeto:	Rurban Link
Ação:	Grupo de Ação Local de Bragança
Local:	Município de Bragança
Data:	2023.04.17

Participantes:

José Barbosa | Colab More
João Cameira | Município de Bragança
Ana Gomes | Município de Bragança

A reunião abordou os seguintes pontos:

A sessão iniciou-se com um momento de discussão dos resultados da reunião anterior, dando continuidade ao desenvolvimento e identificação de ações a implementar no território.

Do conjunto das 6 ações já assinaladas, e dada à pertinência da entidade presente nesta reunião foram discutidas apenas 2 ações: a criação de uma plataforma para registo e venda da produção local e uma atividade para promover as cadeias curtas.

Cada membro do GPAL presente fez várias observações tendo em conta o conhecimento e a entidade que representam, destacando ainda alguns projetos e ações como exemplos de boas práticas já desenvolvidas ou com intenção de desenvolver na área da economia circular no território.

Ficou novamente reiterado que se realizarão as reuniões do GPAL na última semana de cada mês.

2. ENCONTRO DA REDE FASE 2 29-30 JUNHO, BRAGANÇA









3. CLIPPING

Bragança acolhe reunião do “RURBAN Link”

<ul style="list-style-type: none">Ambiente e Sustentabilidade +Águas e SaneamentoArquivo Municipal +Desporto e Juventude +Educação +Energia +Intervenção Social +Logística e Mobilidade +Promoção Económica +Proteção CIVIL Municipal +Cogestão do PNM +Urbanismo +Reabilitação Urbana +Notícias ▾<li style="background-color: #f0f0f0;">ArquivoBalcão Único +Área do Município +Participação de Ocorrência +Informações +	 <p>2022/06/29</p> <p>Bragança recebe a 2.ª reunião de trabalho relativo ao projeto “RURBAN LINK: Ligações Circulares entre Áreas Urbanas e Rurais”, no âmbito da “Iniciativa Nacional Cidades Circulares” (InC2), do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, através da Direção-Geral do Território. Os trabalhos iniciaram esta manhã, na Sala de Atos do Município de Bragança.</p> <p>Além da sessão de trabalho, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer de perto alguns casos de sucesso no aproveitamento e transformação dos produtos endógenos, nomeadamente na fileira da castanha.</p> <p>O projeto “RURBAN LINK: Ligações Circulares entre Áreas Urbanas e Rurais” é constituído por uma rede de cidades portuguesas, onde além de Bragança, figuram municípios como o Fundão, Guimarães, Penela, Reguengos de Monsaraz, Lisboa, Ribeira Grande e Câmara de Lobos, para além de outros atores de desenvolvimento urbano.</p> <p>O objetivo desta iniciativa é a promoção da economia circular, nas relações urbano-rurais, através de abordagens e projetos que visem a sustentabilidade, a eficiência e a equidade dos sistemas, nomeadamente no setor agroalimentar.</p>
---	---

<https://www.cm-braganca.pt/servicos-e-informacoes/noticias/noticia/braganca-acolhe-reuniao-do-rurban-link>